

Relatório de Sustentabilidade 2015





Índice

4 Apresentação

- 4 Mensagem do presidente
- 6 A inovação faz parte da nossa história
- 7 Missão, visão e valores

8 Sobre o relatório

- 9 Materialidade

10 Perfil

- 12 2015 em números
- 14 Sistema Campo Limpo
- 22 Governança corporativa
- 25 Capital humano

30 Desempenho

- 32 Administração econômico-financeira
- 38 Inovação e tecnologia
- 40 Sociedade
- 42 Gestão ambiental

44 Sumário de conteúdo da GRI

48 Informações corporativas

- 48 Empresas associadas

51 Anexos

- 51 Demonstrações financeiras

71 Créditos

Etapa do processo de reciclagem da embalagem de defensivo agrícola (*pellets*)

Imagem da capa: Caminhão da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. transporta as Ecoplásticas, embalagens para defensivos agrícolas, produzidas a partir da resina reciclada de embalagens vazias destinadas pelo Sistema Campo Limpo

4

MENSAGEM
DO PRESIDENTE

**Planejamento
estratégico
e busca de
autofinanciamento**

33

NOVAS FRONTEIRAS
inpEV abre
terceira central
de gerenciamento
próprio



12

2015 EM NÚMEROS
45.537
toneladas
de embalagens destinadas

39

**AGENDAMENTO
ELETRÔNICO**

O Agendamento de Devoluções de Embalagens Vazias (adEV) amplia seu alcance para 100% das centrais com acesso à internet e permite que o agricultor programe a entrega dos materiais



34

RECICLADORA
**Fábrica de tampas
é inaugurada em
Taubaté (SP)**



**Sistema Campo
Limpo passa a
receber produtos
impróprios e
sobras de produtos
pós-consumo**

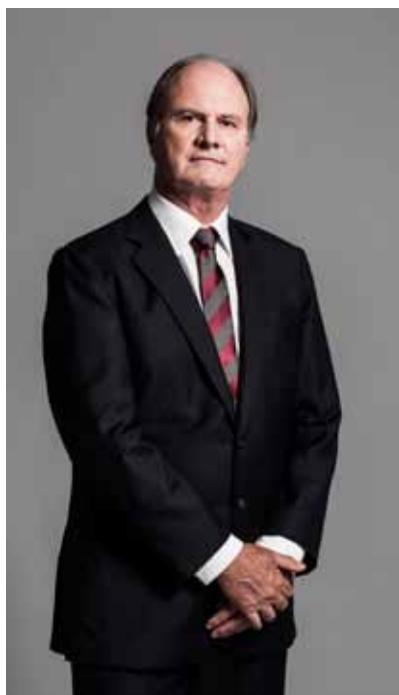
36

SOBRAS E
IMPRÓPRIOS

Mensagem do presidente

| GRI G4-1, G4-2 |

“Nossos objetivos são claros desde a criação do inpEV: contribuir para a conservação do meio ambiente e ser referência em logística reversa”



A produção agrícola brasileira atingiu 209,5 milhões de toneladas em 2015, crescimento de 7,7%, segundo o IBGE. A alta do dólar favoreceu a exportação de *commodities* e os reflexos negativos da taxa de câmbio chegaram mais tarde, com a importação de insumos. Apesar da crise generalizada, o PIB agrícola foi o único que cresceu no país.

Na ponta da cadeia agrícola, a devolução de embalagens de defensivos foi impactada no quarto trimestre, e o Sistema Campo Limpo encerrou 2015 com estoques mais baixos. Entretanto, atentos ao cenário de instabilidade apontado desde o início do ano, focamos a produtividade, o fazer mais com menos, e cumprimos nossa meta de receber 45.500 toneladas de embalagens vazias, contabilizando 45.537 toneladas em dezembro de 2015. Os esforços em eficiência e produtividade, aliados a um plano de ação para a redução de custos,

contribuíram para uma redução de 4% no orçamento de 2015.

Nossos objetivos são claros desde a criação do inpEV: contribuir para a conservação do meio ambiente e ser referência em logística reversa. Somado a isso, continuamos em busca do autofinanciamento para reduzir os custos do Sistema, compartilhado entre os elos da cadeia. Olhamos a questão por diferentes vertentes: aumento de eficiência, redução de custos e captura de valor.

Em 2015, demos um importante passo nessa direção ao iniciarmos as atividades da fábrica de tampas em Taubaté, no interior de São Paulo, focados em agregar valor no material reciclado. A Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. simboliza mais uma ruptura em nossa história.

Avançamos ao conseguir 15% de redução em nossos custos com incineração, que trouxe uma

economia anual de quase R\$ 1 milhão. Também continuamos o trabalho para conseguir reduções fiscais. Nossa argumentação de que o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das embalagens já é tributado na origem foi recusada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), mas acreditamos que há dupla tributação e insistiremos em caminhos para conseguir a isenção.

Atentos à expansão das áreas de cultivo no Brasil, investimos em conhecimento e infraestrutura para ampliar a capilaridade do Sistema Campo Limpo, especialmente na região de Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), onde inauguramos, em Alto Parnaíba (MA), a nossa terceira central de gerenciamento próprio.

Padronizamos os recebimentos itinerantes e implementamos o recebimento de sobras e impróprios. Atualmente, 24 centrais do Sistema Campo Limpo estão preparadas para receber embalagens com sobras de produtos. Nossa meta é ampliar esse recebimento para outras 45 centrais em 2016 e as demais em 2017. Estamos trabalhando para que, em 2020, 100% das unidades do Sistema (centrais e postos) estejam aptas para receber embalagens com sobras dos produtos.

O recebimento de sobras atende a uma demanda da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – a de implementar a logística reversa também para esses produtos –, além de beneficiar a saúde humana, animal e ambiental, pois mitiga os riscos de descarte inadequado.

A melhoria contínua de nossa operação de transporte e logística reversa em 2015 obteve êxito com a expansão do Sistema de Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias

(adEV), via *web*, em todas as centrais de recebimento com acesso à internet. E, para marcar nosso compromisso em relação às emissões, aderimos ao Protocolo Climático do Governo do Estado de São Paulo, iniciativa voluntária para estimular as empresas a reduzir emissões de gases do efeito estufa (GEE) e adotar ações de adaptação às mudanças climáticas.

O valor da sustentabilidade está na essência do inPEV. Reciclar traz ganhos ambientais, sociais e econômico-financeiros, traz valor para dentro do Sistema e ajuda na busca do autofinanciamento. É para celebrar os excelentes resultados do Sistema que há 11 anos desenvolvemos diversas atividades no Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL). Comemorado em 18 de agosto, já é um marco consolidado, com a participação de mais de 1 milhão de pessoas desde a sua primeira edição.

Com foco nas futuras gerações, também investimos em educação. O Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA) teve o material reformulado em 2015 e ganha uma plataforma digital em 2016, ampliando seu alcance, levando conhecimento transformador e sustentável para a comunidade escolar do entorno das unidades de recebimento.

Continuamos engajados em busca da inovação no Sistema Campo Limpo. Lançado em novembro, o projeto empresarial “Um novo amanhã já! Como?” vai apoiar nossos objetivos estratégicos de médio prazo utilizando a experiência adquirida ao longo desta caminhada de 14 anos para seguir nossa história de sucesso.

O nosso amanhã chegou. E ele começa já!

João Cesar M. Rando
Diretor-presidente

A inovação faz parte da nossa história

Em 14 anos de existência, o inpEV superou inúmeros desafios. Abaixo, os principais marcos desta trajetória.



2001 Criação do inpEV

14 de dezembro: assembleia de instalação, em São Paulo. O inpEV nasce tendo como associadas sete entidades representativas do setor e 27 empresas fabricantes e comercializadoras de defensivos agrícolas.

2002 SIC

Com 80 centrais de recebimento no SCL, entra em funcionamento o Sistema de Informações das Centrais (SIC), que informatiza a operação das centrais.

2005 DNCL

18 de agosto: primeiro Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL), data que celebra anualmente os resultados da logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil. Desde então, já envolveu mais de 1 milhão de pessoas.

2006 Liderança mundial

Brasil é líder na logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas. O Sistema Campo Limpo ganha projeção mundial, e o inpEV torna-se referência.

Missão, visão e valores | GRI G4-56 |

MISSÃO

Contribuir para a preservação do meio ambiente e do Sistema Campo Limpo por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e da prestação de serviços na área de resíduos sólidos, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola.

VALORES E PRINCÍPIOS

- Atitude integradora
- Inovação
- Integridade
- Responsabilidade socioambiental
- Segurança

VISÃO

Ser reconhecido mundialmente como centro de excelência na destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e referência na prestação de serviços na área de resíduos sólidos e em autossustentabilidade no Brasil.

Fabricação da Ecoplástica na Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

2008 Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos

- Criação da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., empresa que fecha o ciclo de gestão das embalagens dentro da própria cadeia.
- A lei federal 11.657, de 16 de abril de 2008, institui o Dia Nacional do Campo Limpo, em 18 de agosto, no calendário nacional.

2010 PEA

Início do Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA), voltado a estudantes do Ensino Fundamental nas escolas no entorno das centrais.

2013 adEV e RIs

- Implementação do projeto-piloto de Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias (AdEV), via *web*, em sete centrais.
- Sistematização dos Recebimentos Itinerantes (RIs) em regiões onde a dinâmica produtiva não justifica a manutenção de uma infraestrutura fixa.

2015 Campo Limpo Tampas e recebimento de sobras

- Inauguração da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda., em Taubaté (SP), nova parceira do Sistema Campo Limpo para reciclagem das tampas das embalagens.
- Início do recebimento de sobras e impróprios (produtos fabricados e comercializados regularmente, mas com validade vencida ou avaria que impossibilite seu uso).

Sobre o relatório | GRI G4-18 |

Elaborado com base na metodologia GRI, a publicação reafirma os compromissos do instituto com a destinação final de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil

O Relatório de Sustentabilidade inPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) 2015 foi elaborado com base na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI) – principal referência internacional para o relato da sustentabilidade – e, pelo segundo ano consecutivo, segue diretrizes da versão GRI-G4 Essencial. | GRI G4-32 |

Reunindo informações sobre o desempenho econômico, social e ambiental do inPEV no

período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, o documento traz referências do Sistema Campo Limpo, claramente informadas ao longo do texto. A pessoa jurídica que representa o instituto está integralmente coberta nas demonstrações financeiras, único conteúdo que passou por verificação externa, tendo sido auditado pela PricewaterhouseCoopers (PwC). A consolidação dos dados econômico-financeiros atende às normas brasileiras de contabilidade, e os indicadores socioambientais foram coletados internamente. | GRI G4-17, G4-28, G4-33 |

A definição do conteúdo do relatório considerou os compromissos assumidos pelo inPEV em relatos anteriores e seu planejamento estratégico, bem como a mesma matriz de materialidade do Relatório de 2014, que classifica os principais temas prioritários para a organização e seus *stakeholders*.

Os públicos de relacionamento do inPEV são:



- Agricultores
- Colaboradores
- Distribuidores/cooperativas
- Empresas e entidades associadas
- Colaboradores das unidades de recebimento
- Meios de comunicação
- Poder público
- Recicladores e incineradores parceiros
- Sociedade | GRI G4-24 |

Materialidade | GRI G4-19, G4-20, G4-21 e G4-27 |

Validada pela liderança do inPEV, a materialidade foi construída a partir de dois eixos: o interno, que analisou informativos à imprensa e realizou consultas *online* com colaboradores e associados e entrevistas com profissionais da área; e o eixo externo, caracterizado pela coleta de informações e percepções por meio da análise de estudos setoriais e documentos de referência sobre a sustentabilidade no setor de defensivos agrícolas, além de entrevistas com especialistas sobre o assunto. |GRI G4-26|

O cruzamento dos temas materiais identificados com os aspectos da sustentabilidade cobertos nas diretrizes do relato levou à seleção dos aspectos GRI e dos indicadores de desempenho reportados.

A tabela abaixo mostra a relação entre os temas materiais e os públicos de interesse que indicaram o tema como relevante.

Tema material	Públicos que destacaram o tema	Limite dentro e fora do inPEV
<ul style="list-style-type: none"> • Atuação do inPEV em conscientização e educação • Prevenção da reutilização inadequada de embalagens 	<p>Gestores do relatório, especialistas internos e externos, colaboradores e empresas associadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades de recebimento • Distribuidores, agricultores e recicladores
<ul style="list-style-type: none"> • Papel do SCL como referência para outros setores • Viabilidade econômica 	<p>Gestores do relatório, grupo focal, especialistas internos e externos e colaboradores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas associadas e colaboradores • Setores afetados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos
<p>Visibilidade das informações do Sistema</p>	<p>Grupo focal (público interno – representantes de diferentes áreas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas associadas e unidades de recebimento • Distribuidores e agricultores
<p>Atendimento à legislação</p>	<p>Especialistas internos e empresas associadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas associadas • Agricultores e poder público
<p>Logística</p>	<p>Especialistas externos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas associadas e unidades de recebimento • Agricultores, distribuidores e recicladores



Perfil

Referência em logística reversa, inpEV mobiliza os elos da cadeia agrícola para destinação adequada de embalagens vazias de defensivos agrícolas

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, constituída por 98 empresas associadas. Criado em 2001 para representar o setor fabricante de agroquímicos e promover a destinação ambientalmente adequada das embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo em todo o Brasil, sua operação está baseada na dinâmica da logística reversa, respondendo pela integração e articulação de todos os elos dessa cadeia. | [GRI G4-3](#), [G4-6](#), [G4-7](#) |

Tendo como associadas fabricantes e comercializadoras de produtos registrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o inpEV nasceu para atender à Lei Federal nº 9.974/2000 e ao Decreto 4.074/2002, que instituíram o conceito de responsabilidade

compartilhada na correta destinação das embalagens vazias de defensivos. A legislação disciplina a logística reversa e atribui aos agricultores a obrigação de devolver o material aos comerciantes, que, por sua vez, devem entregá-los aos fabricantes para a destinação final.

O inpEV é considerado o núcleo de inteligência e coordenador de todo o Sistema Campo Limpo (SCL), do qual fazem parte 98 empresas fabricantes de defensivos agrícolas, cerca de 260 associações de distribuidores e cooperativas em todo o Brasil, 12 parceiros recicladores e três incineradores. Possui 63 funcionários, divididos entre o escritório, em São Paulo, e as centrais de gerenciamento próprio, em Taubaté (SP), Rondonópolis (MT) e Alto Parnaíba (MA), além dos dez coordenadores regionais espalhados pelo Brasil.

Ao fim de 2015, o SCL possuía 410 unidades de recebimento (113 centrais e 297 postos), localizadas em 25 estados do país e no Distrito Federal. Para facilitar a devolução de pequenos agricultores e aumentar a capilaridade do Sistema, são realizados ainda os Recebimentos Itinerantes (RIs), que cobrem especialmente as localidades onde a dinâmica produtiva não justifica a manutenção de uma infraestrutura fixa. | [GRI G4-4](#), [G4-8](#), [G4-9](#) |

2015 em números



45.537

toneladas de embalagens destinadas;
mais de 365 mil
 desde 2002

4,8 mil

recebimentos itinerantes



77

centrais

com agendamento eletrônico para devolução (adEV)

24 unidades

já recebem sobras e produtos impróprios



1.872

escolas participantes no Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA), com envolvimento de quase 190 mil estudantes



108

unidades de recebimento envolvidas diretamente no Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL) e mais de

100 mil

pessoas mobilizadas

R\$ 954 mil

de economia gerada no ano com redução de 15% no custo da incineração

63 colaboradores

cerca de

5,4 mil

matérias espontâneas publicadas sobre o inPEV e o SCL



125 mil fãs

na página do Facebook

Objetivos e metas para o futuro

• Recebimento de sobras e impróprios

Mais 45 centrais preparadas em 2016 e 100% do SCL apto em 2020.

• Autofinanciamento

Ampliar o autofinanciamento do Sistema dos atuais 35% para cerca de 40% a 45% até 2019.

• Redução de custos

Economia de R\$ 420 mil em 2016 com a nova destinação final de IBCs (Intermediate Bulk Container), que diminuirá custos com incineração.

• Qualidade de processos

Realizar auditoria interna chamada de Revisão da Qualidade de Processos Administrativos (RQPA) em todas as centrais até o fim de 2016.

• Tecnologia

Habilitar o acesso ao Sistema de Informações das Centrais (SIC) para *tablets* e *smartphones* em 2016.

• Novos projetos

- Automatizar centrais com prensa dupla.
- Implementar gestão do conhecimento.

Compromissos para 2016

- ➔ Custo por kg (total – R\$): 1,83
- ➔ Total de embalagens destinadas (t): 46.500
- ➔ Total de embalagens recicladas (t): 42.000
- ➔ Peso transportado por caminhão (em kg): 13.500
- ➔ Exposição da mídia (*clippings*): 6.000
- ➔ Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA): 1.800 escolas e 190 mil alunos
- ➔ Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL): atividades em 100 centrais de recebimento

Sistema Campo Limpo

Aliado da sustentabilidade do agronegócio brasileiro e da conservação do meio ambiente, o Sistema Campo Limpo (SCL) é o programa gerenciado pelo inpEV para realizar a logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil.

Integram o SCL todos os elos da cadeia de valor dos defensivos agrícolas, desde os fabricantes, passando pelos distribuidores ou revendedores, até os agricultores, que usam os produtos no campo. Cada um deles tem corresponsabilidade no sistema para a destinação ambientalmente adequada das embalagens após o uso. O inpEV, instituição que representa a indústria fabricante e/ou registrantes, articula todos esses elos da cadeia para a destinação ambientalmente adequada das embalagens. Ao poder público, cabe a regulação e fiscalização do processo.

Referência global no assunto, o Sistema é responsável pelo recebimento e destinação final de 94% das embalagens primárias de defensivos agrícolas (que têm contato direto com o produto) e 80% de todo o volume de embalagens comercializadas (plástico, papelão e metal). Esses índices dão ao Brasil a liderança mundial no negócio, seguido da Alemanha, com 76% e do Canadá, com 73%, segundo estudo setorial do BNDES.¹

Para alcançar esses resultados, o engajamento e a educação de todos os elos são fundamentais e constantemente aprimorados pelo inpEV: como em uma engrenagem, o comprometimento de todos os agentes diretamente envolvidos no setor é essencial.

¹ SILVA, Martim F. de O. e COSTA, Letícia M., A indústria de defensivos agrícolas, "Estudo Setorial de Química". In: *BNDES Setorial Química*, 2012, p. 233-276.

Presente em

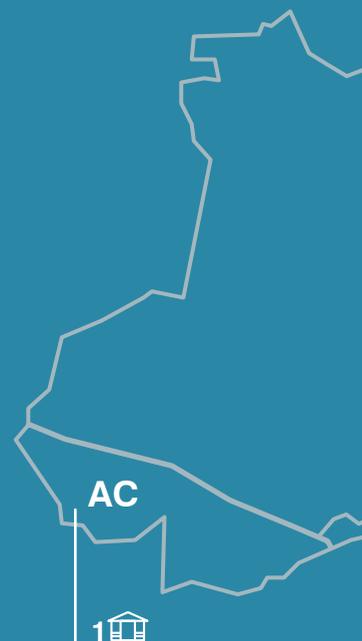
25 estados

e no Distrito Federal

113 centrais + 297 postos =

410 unidades

de recebimento



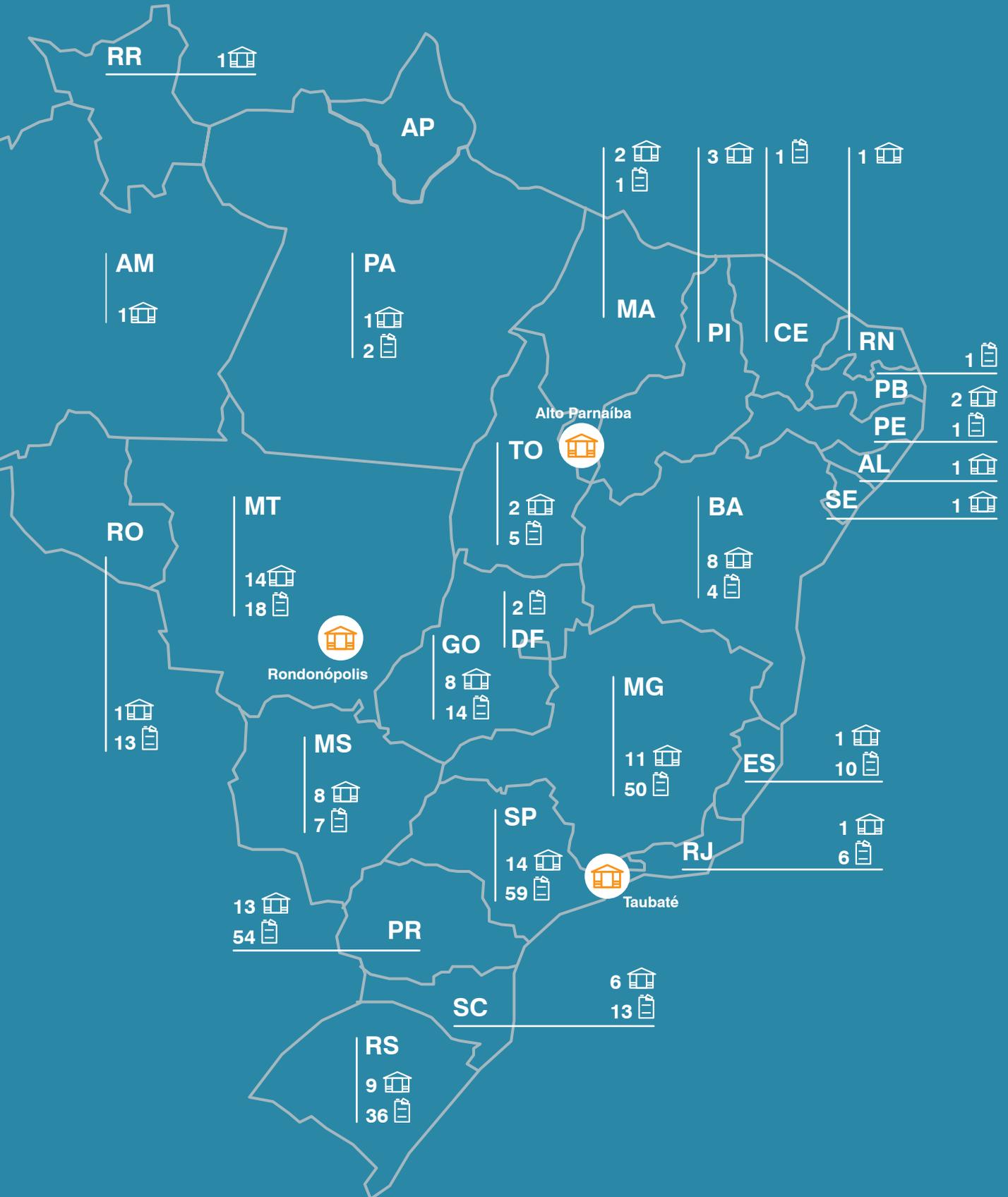
Centrais



Postos



Gerenciamento
próprio do
inpEV



Integração da cadeia | GRI G4-DMA |

O Sistema Campo Limpo está embasado em quatro fundamentos:

- 1 Lei;
- 2 Integração;
- 3 Educação e conscientização;
- 4 Gestão da informação.



Lei:

determina o compartilhamento de responsabilidades



Integração:

todos os elos da cadeia, desde o início do Sistema



Educação e conscientização:

investimentos contínuos com foco nos agricultores e nas futuras gerações



Gestão de processos e informação:

sistemas de informação que orientam a tomada de decisão com foco em eficiência, produtividade, redução de custo e captura de valor

Responsabilidade compartilhada

Todos os elos da cadeia são determinantes no SCL: agricultor, canais de distribuição/cooperativas, indústria fabricante e poder público.

Esses agentes atuam de forma corresponsável, conforme a Lei nº 9.974/2000. A legislação

exige que cada um dos agentes atuantes na produção agrícola do Brasil cumpra um papel específico no processo de recebimento e destinação final das embalagens vazias de defensivos agrícolas, como elos de uma cadeia integrada.

➔ Agricultor



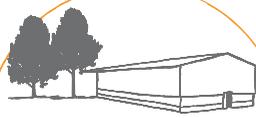
Lavar

Lavar as embalagens e inutilizar



Armazenar

Armazenar temporariamente na propriedade



Devolver

Devolver no local indicado na nota fiscal



Comprovar

Guardar o comprovante de devolução por um ano

➔ Canais de distribuição/cooperativas



Indicar

Ao vender o produto, indicar o local de devolução na nota fiscal de venda



Receber

Disponer e gerenciar local de recebimento



Comprovar

Emitir comprovante de devolução para agricultores



Educar e conscientizar

Educar e conscientizar agricultores

➔ Indústria fabricante (representada pelo inPEV)



Retirar

Retirar as embalagens vazias devolvidas nas unidades de recebimento



Destinar

Dar a correta destinação final às embalagens (reciclagem ou incineração)



Educar e conscientizar

Educar e conscientizar agricultores

➔ Poder público



Fiscalizar

Fiscalizar o cumprimento das responsabilidades compartilhadas



Licenciar

Licenciar as unidades de recebimento



Educar e conscientizar

Educar e conscientizar agricultores

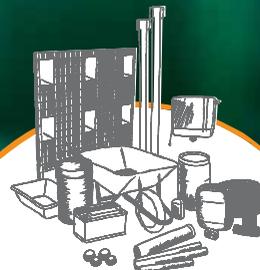
Fluxo do sistema



**Produto pronto
para a comercialização**

Ecoplástica Triex

Entre os artefatos fabricados a partir da resina plástica reciclada proveniente do Sistema Campo Limpo está a Ecoplástica Triex. Produzida pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, essa é a primeira embalagem reciclada para defensivos agrícolas com certificação UN para transporte marítimo e terrestre



Reciclagem

Doze recicladores parceiros do Sistema transformam as embalagens (plásticas, metálicas, papelão e tampas) em 17 diferentes artefatos



Incineração

As embalagens não laváveis (cerca de 5% do total) e aquelas que não foram corretamente lavadas pelos agricultores são encaminhadas aos incineradores parceiros do Sistema

São materiais recicláveis:

as embalagens de papelão, as tampas e as embalagens rígidas (plásticas ou metálicas), que antes de serem devolvidas são lavadas adequadamente pelos agricultores, nos processos de tríplex lavagem ou lavagem sob pressão.



Comercialização

As revendas e cooperativas indicam, na nota fiscal, o local onde as embalagens vazias devem ser devolvidas pelos agricultores



Tríplice lavagem

No momento do preparo da calda para aplicação na lavoura, o agricultor faz a tríplice lavagem ou lavagem sob pressão e armazena temporariamente a embalagem vazia em local adequado em sua propriedade

Devolução

As embalagens vazias são devolvidas pelo agricultor na unidade de recebimento do Sistema indicada na nota fiscal



Destinação ambientalmente correta

Representados pelo inPEV, os fabricantes de defensivos agrícolas são responsáveis pelo transporte das embalagens vazias entre as unidades de recebimento e seu destino final



Processamento das embalagens

Nessa etapa, as embalagens vazias de defensivos agrícolas são preparadas pelos funcionários das unidades de recebimento para seguirem para o destino final (reciclagem ou incineração). Atualmente, mais de 400 unidades, entre centrais e postos, estão espalhadas pelo Brasil

Destinação adequada

|GRI G4-DMA|

Em 2015, 45,5 mil toneladas de embalagens vazias tiveram destino ambientalmente correto por meio do SCL. O volume representa 94% do total de embalagens primárias (aquelas que entram em contato direto com o produto) comercializadas no ano anterior e supera em 6,8% o total de recebimento do exercício de 2014. Para o próximo ano, o objetivo é atingir 46,5 mil toneladas.

Cerca de 90% das embalagens recebidas seguiram para a reciclagem, e o restante, à incineração, opção adotada somente em casos de materiais flexíveis ou embalagens que acondicionam produtos não miscíveis em água ou, ainda, que

não foram lavadas adequadamente pelos agricultores durante o preparo da calda do produto aplicado na lavoura. |GRI G4-EN23, G4-EN28|

A maior parte do material que retorna ao Sistema se torna matéria-prima para empresas recicladoras parceiras, que produzem tubos para esgoto, embalagem de óleo lubrificante, cruzetas de postes de transmissão de energia, conduítes e dutos, entre outros produtos.

Em 2008, foi criada a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., recicladora que produz uma nova embalagem para agroquímicos a partir das embalagens recebidas nas unidades de recebimento do SCL.

6,8% ↑

foi o crescimento do total de embalagens recebidas pelo SCL em relação a 2014

94% ↻

de todo o volume de embalagens primárias comercializadas teve destino ambientalmente correto por meio do Sistema

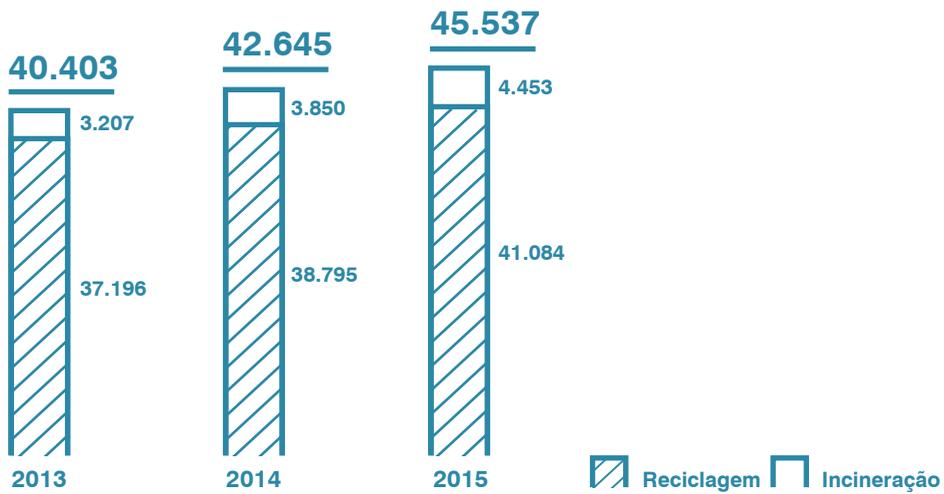
DESTINAÇÃO POR ESTADO (t)

ESTADO	2014	2015	VARIAÇÃO (%)
Mato Grosso	9.852	10.391	5
Paraná	5.367	6.110	14
Rio Grande do Sul	4.479	4.856	8
Goiás	4.454	4.649	4
Mato Grosso do Sul	2.933	3.498	19
Minas Gerais	3.228	3.454	7
Bahia	3.298	3.413	3
Santa Catarina	824	940	14
Maranhão	848	873	3
Tocantins	400	498	24
Pará	142	170	20
Rio de Janeiro	57	61	8
Demais estados	6.763	6.624	(2)
Total*	42.645	45.537	7

*Variações na quantidade destinada de um ano para o outro nos estados são consequência de fatores pontuais, entre eles: variação no consumo de defensivos agrícolas causada por mudanças climáticas, disponibilidade de frete, otimizações na logística e expansão da fronteira agrícola.

Embalagens destinadas (t)

| GRI G4-EN23 |



Ao vender o produto, os canais de distribuição e cooperativas indicam na nota fiscal o local de devolução da embalagem de defensivo agrícola



A governança favorece a troca de experiências e a geração de valor com organização que assegura a representatividade de todos os elos da cadeia agrícola.

Governança corporativa

| GRI G4-34 |

Regido por um estatuto social que reitera a necessidade de atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e igualdade, o inpEV emprega as melhores práticas de mercado para viabilizar a sua visão estratégica de ser referência em seu negócio.

A governança é composta de Assembleia Geral de Associados, Conselho Diretor, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Há ainda os comitês Tributário, de Logística, de Embalagens e de Aprovação de Produtos, que apoiam a Diretoria Executiva, e o Conselho Nacional de Centrais, um importante canal de comunicação entre o inpEV e as unidades do Sistema.

O modelo de gestão baseado em normas rígidas de auditoria e de controle para gerir o Sistema Campo Limpo realiza o gerenciamento operacional, apoia e orienta a indústria, os canais de distribuição e os agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, além de promover educação ambiental.

Com a orientação de auditores externos e o parecer do Conselho Fiscal, o instituto divulga anualmente o resultado de suas atividades e operações segundo normas brasileiras de contabilidade como parte do compromisso de transparência com as empresas e entidades associadas e com os demais elos da cadeia.

Órgãos que estabelecem a governança

Assembleia Geral – instância máxima de governança, constituída pelos associados e convocada duas vezes ao ano para validar as diretrizes estratégicas de médio e longo prazos, além de aprovar os balanços econômicos e operacionais.

Conselho Diretor – define as diretrizes para assegurar o cumprimento do estatuto social e zela pelo cumprimento das leis, pela proteção do patrimônio e pelo estreitamento da relação dos elos da cadeia, entre outras atribuições. É formado por 13 membros titulares –

cinco representantes dos associados contribuintes (eleitos em Assembleia Geral) e oito representantes de entidades associadas (associados colaboradores). Esse formato garante a representação de todos os elos da cadeia agrícola, como os segmentos do agronegócio, os fabricantes, os distribuidores e cooperativas e os produtores rurais.

As entidades que representam esses elos têm a responsabilidade de levar informações e deliberações sobre o Sistema Campo Limpo, além de agregar conhecimento e orientações para o bom funcionamento do SCL.

Conselho Fiscal – é formado por três membros (dentre os associados contribuintes) eleitos em Assembleia Geral. Apoia e fiscaliza as outras instâncias de governança.

Diretoria Executiva – responsável pela administração do instituto, é liderada pelo diretor-presidente, profissional contratado pelo Conselho Diretor sem vínculo com empresas associadas.

Conselho Diretor

Representantes dos associados contribuintes

Basf S.A.

Marcelo Maniero Ismael
Francisco Verza

Du Pont do Brasil S.A.

Marcelo Okamura (vice-presidente)
José Donizeti Vilhena

Monsanto do Brasil Ltda.

Luciano Fonseca
Saul Scatolini Duarte

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Luis Henrique Sanfelice Rahmeier
Gilberto Bento Schiavinato

Syngenta Proteção de Cultivo S.A.

Leandro Conti
José Roberto Pelaquim

Representantes das entidades associadas

SEGMENTOS DO AGRONEGÓCIO

Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

Luiz Antonio Beltrati Conacchioni

Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja)

Glauber Silveira

FABRICANTES

Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (Aenda)

Túlio Teixeira de Oliveira

Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Eduardo Daher

Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg)

Sílvia de Toledo Fagnani

DISTRIBUIDORES E COOPERATIVAS

Associação Nacional dos Distribuidores de Defensivos Agrícolas e Veterinários (Andav)

Henrique Mazotini

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Evaristo Câmara Machado Netto

PRODUTORES RURAIS

Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Daniel Kluppel Carrara



Confira a relação de todas as empresas associadas ao inPEV na página 48

Comitês de apoio

- **Tributário** – órgão interno que facilita o alinhamento dos participantes do SCL a temas fiscais, tributários e societários. Formado por profissionais do inPEV, da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. e por consultores externos.
- **Logística** – discute medidas para aprimorar processos e tecnologias de logística reversa, no âmbito do Sistema Campo Limpo.
- **Embalagens** – avalia as novas tendências, o ciclo de vida das embalagens e as inovações do setor.
- **Aprovação de produtos** – avalia e aprova a fabricação de novos produtos, nas recicladoras parceiras, produzidos a partir das embalagens recebidas pelo Sistema Campo Limpo.

Conselho Nacional de Centrais

Grupo multidisciplinar formado por dez gerentes das centrais, atua como apoio à administração do inPEV, reunindo-se formalmente duas vezes por ano, em São Paulo. Entre suas funções estão demandas gerais do Sistema e a divulgação das melhores práticas para os conselhos regionais. Seus membros são eleitos a cada dois anos.

O Código de Conduta do inpEV aborda temas como ambiente de trabalho, conflito de interesses, preconceitos, relações com órgãos governamentais, responsabilidade de gestores de pessoas e segurança da informação.

Código de Conduta | GRI G4-56 |

O Código de Conduta do inpEV busca a realização dos princípios, valores e missão do instituto e direciona sua postura social face aos diferentes públicos de relacionamento. O documento define preceitos que possam trazer conhecimento, capacidade, experiência e cooperação entre todos os elos da cadeia agrícola integrantes do Sistema.

Assinado por todos os colaboradores do inpEV no momento da admissão, o escopo e abrangência do instrumento inclui orientação a fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, empresas e entidades associadas. Prevê que a conduta do instituto depende de cada um, de modo que todos devem ser regidos pelos princípios e valores éticos, de satisfação dos associados e demais

stakeholders, responsabilidade socioambiental, segurança, respeito às diferenças, transparência, inovação, espírito de equipe e soluções construídas com o cliente.

O documento aborda temas como ambiente de trabalho, conflito de interesses, preconceitos, relações com órgãos governamentais, responsabilidade de gestores de pessoas e segurança da informação.

Em 2015, à luz das graves denúncias de corrupção envolvendo o poder público e outras organizações, o instituto iniciou um processo de revisão do código de conduta e treinamento dos seus funcionários para a observância de boas práticas e transparência nas relações institucionais com os órgãos públicos.

100%

dos colaboradores do inpEV assinam o **Código de Conduta** no momento da admissão

Capital humano | GRI G4-DMA |

Com o objetivo de buscar mais eficiência em todos os processos, a gestão de pessoas esteve focada nas áreas de Saúde e Segurança e Treinamentos em 2015. Em relação a benefícios, houve melhoria no plano odontológico dos profissionais do escritório, também estendido aos funcionários de campo.

O inpeV encerrou 2015 com 63 profissionais, sendo 37 homens e 26 mulheres, incluindo quatro terceiros. Além de possuir funcionários locados na sede administrativa, na capital paulista, nas coordenações regionais de Operação e nas centrais situadas em Rondonópolis (MT) e Taubaté (SP), a área de Recursos Humanos teve a atuação expandida para o Maranhão, onde foi inaugurada a central de Alto Parnaíba, a terceira do SCL gerenciada diretamente pelo instituto. | GRI G4-9, G4-10, G4-23 |

A consolidação da Avaliação de Desempenho e Contrato de Resultados (ADCR) foi destaque no ano. Importante indicador na avaliação de desempenho e composição da remuneração variável dos colaboradores, a ferramenta passou a ser aplicada aos operadores das centrais gerenciadas pelo instituto, alcançando, assim, 100% do quadro de funcionários. Avaliada positivamente por toda a equipe, a ADCR tornou-se instrumento também para direcionar os treinamentos e capacitações.

Treinamentos

O inpeV promoveu 2.207 horas de treinamento para seus colaboradores em 2015, 151 horas a mais que no exercício anterior. Foram mais de 20 diferentes tipos

de capacitações, que aumentaram a média de horas de treinamento por profissional de 32,6 para 34,5 horas. | GRI G4-LA9 |

Em relação às práticas de gestão, o curso Liderando Equipes e Otimizando Resultados foi aplicado à jovem liderança da organização e a coordenadores do inpeV. O Programa de Desenvolvimento de Executivo (PDE) incluiu também funcionários do Sistema Campo Limpo.

Organizado pela Fundação Dom Cabral, o PDE possui três módulos, nos quais os participantes – dois funcionários do inpeV e dois do SCL – desenvolvem um projeto aplicado ao modelo de negócios.

Programa de formação de gestores das centrais

Ao completar dois anos, o programa do inpeV para padronizar a gestão das centrais do Sistema, em 2015, voltou-se a atividades práticas. Os temas foram orçamento, fluxo de caixa e segurança.

Treinados para elaborar orçamentos e administração de fluxo de caixa, os gestores das centrais desenvolveram um modelo padrão de orçamento. O instituto acredita que os resultados financeiros dessa iniciativa serão percebidos em 2016, quando o programa se voltará para treinamentos de Recursos Humanos, com ferramentas de contratação e retenção de pessoas.



Expansão do RH

para a região do Maranhão, com a inauguração da central de gerenciamento próprio

Melhoria no plano odontológico

dos profissionais do escritório, com benefício estendido aos funcionários de campo

Perfil dos empregados

[GRI G4-10]

	2013		2014		2015	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
NÍVEL FUNCIONAL						
Diretoria	1	0	1	0	1	0
Gerência	3	2	5	2	7	2
Chefia/coordenação	12	6	9	7	9	6
Técnica/supervisão	0	3	0	1	0	2
Administrativo	4	9	10	12	6	12
Operacional	12	0	9	0	12	0
Terceiros	1	4	1	3	1	3
Aprendizes	2	0	1	1	1	1
Estagiários	2	0	1	0	0	0
TIPO DE CONTRATO						
Tempo determinado	4	0	2	1	1	1
Tempo indeterminado	33	24	35	25	36	25
TIPO DE EMPREGO						
Jornada integral	33	24	35	25	36	25
Meio período	4	0	2	1	1	1
TOTAL	61		63		63	

Indicadores de segurança

[GRI G4-LA6]

	Homem	Mulher	Total
Número de lesões (acidente de trabalho)	2	0	2
Taxa de lesões (frequência) ²	25,79	0	15,29
Número de doenças ocupacionais	0	0	0
Taxa de doenças ocupacionais ³	0	0	0
Número de dias perdidos	22	6	28
Taxa de dias perdidos ⁴	286,66	112,71	214,08
Número de absenteísmo	27	7	34
Taxa de absenteísmo ⁵	2.826	1.052	2.104
Número de óbitos	0	0	0

1 O InpEV passou a relatar esse indicador em 2015, por conta da relevância do tema.

2 Sistema de registro da OIT: número de lesões/HHT (horas homem trabalhadas, incluindo horas-extras) x 1.000.000.

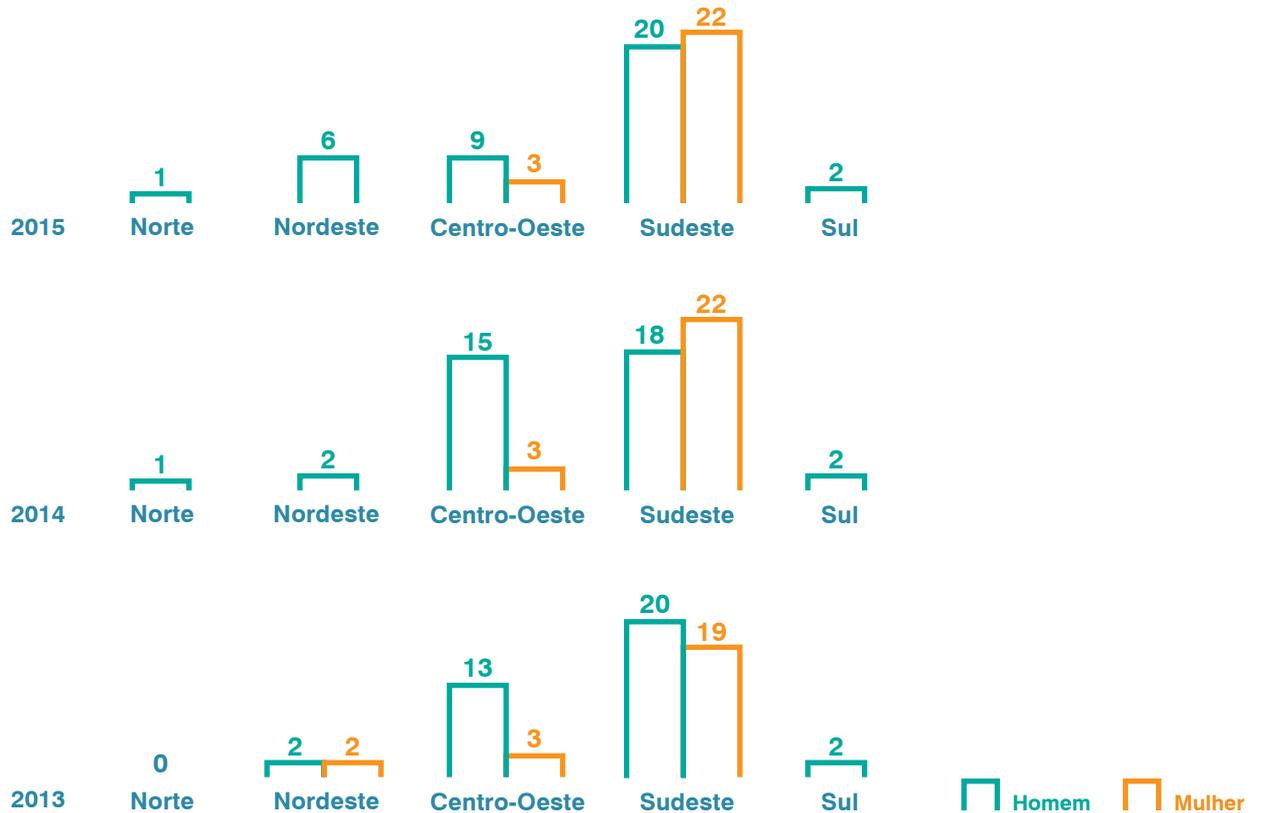
3 Sistema de registro da OIT: número de doenças/HHT (horas homem trabalhadas, incluindo horas-extras) x 1.000.000.

4 Sistema de registro da OIT: número de dias/HHT (horas homem trabalhadas, incluindo horas-extras) x 1.000.000.

5 Sistema de registro da OIT: horas perdidas /HHT (horas homem trabalhadas, incluindo horas-extras) x 1.000.000.

Perfil dos empregados por região – 2015

[GRI G4-10]



Média de treinamentos

[GRI G4-LA9]

	2014			2015		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Diretoria	50	0	50	50	0	50
Gerência	30	45	34	26	59	33
Chefia/coordenação	25	29	27	25	36	29
Técnica/supervisão	0	25	25	0	18	9
Administrativo	22	16	19	34	16	22
Operacional	29	0	29	26	0	26
Terceiros	10	20	18	8	23	19
Aprendizes	288	288	288	302	302	302
Estagiários	0	0	0	0	0	0
TOTAL	32,5	32,8	32,6	34,5	34,4	34,5

Segurança do trabalho

Na área de segurança, foram desenvolvidas diversas ações de capacitação de gestores nas ferramentas de controle, tornando essa formação contínua, visto que as centrais divulgam seus indicadores mensalmente. Para os próximos anos, o inpEV pretende expandir esse controle de indicadores também aos postos.

A realização do Diálogo Semanal de Segurança (DSS), que acontece às segundas-feiras nas centrais, está consolidada, assim como o Diálogo Quinzenal de Segurança, na sede do inpEV, e a adoção de práticas de segurança e EPI (equipamento de proteção individual), em 100% das centrais. Dessa forma, o inpEV acredita estar perpetuando a cultura da segurança no SCL para manter o nível de excelência em comparação aos indicados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Mais Saúde

Ao atingir o objetivo de disponibilizar ferramentas que promovam o bem-estar e a qualidade de vida dos colaboradores do inpEV, desenvolvendo uma cultura de saúde e prevenção em toda a equipe, o programa Mais Saúde foi transformado em processo em 2015, dois anos após sua criação.

Durante o ano, os colaboradores tiveram a oportunidade de se consultar três vezes com uma nutricionista. A partir de 2016, essa consulta será anual, quando, junto com o exame periódico, os colaboradores farão o *check-up* nutricional e os exames de praxe da medicina do trabalho.

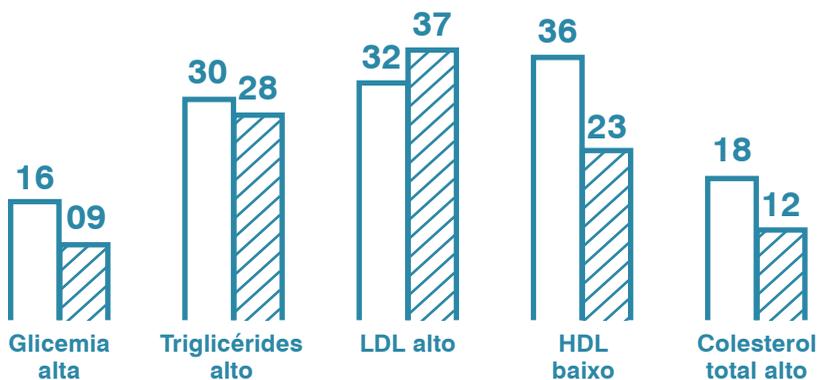
O programa prevê ainda distribuição de frutas e ginástica laboral duas vezes por semana, no escritório de São Paulo. Além disso, a prática de atividade física é incentivada entre os colaboradores.

Controle

Centrais de recebimento divulgam seus índices de segurança mensalmente. Para os próximos anos, o inpEV pretende ampliar acompanhamento também para os postos.

Mais Saúde (%)

Resultados dos exames bioquímicos dos participantes comprovam benefícios à saúde.



□ 2014 ▨ 2015

Funcionários da central de Rondonópolis (MT), primeira unidade de gerenciamento próprio do inpEV





Desempenho

Sistemas certificados agregam qualidade à gestão, favorecendo a eficiência e o alcance de melhores resultados

O foco em manter sua atuação de acordo com elevados padrões de qualidade levou o inpEV a acumular importantes conquistas em 2015.

Logo no início do exercício, em janeiro de 2015, o instituto recebeu a recertificação NBR ISO 9001:2008, válida por três anos. O processo de avaliação para certificação, obtida pela primeira vez em 2012, é contínuo e garante que os procedimentos adequados do Sistema de Gestão de Qualidade estão sendo cumpridos.

Para isso, foram acompanhados o processo de cogestão realizado pelo inpEV nas centrais do Sistema Campo Limpo, os processos de recebimento e segregação das embalagens, compactação, armazenamento e envio à destinação final das centrais gerenciadas diretamente pelo instituto – que até então eram duas, Rondonópolis (MT) e Taubaté (SP) –, e a gestão da logística e da destinação final das

embalagens vazias de defensivos agrícolas devolvidas nas unidades de recebimento do SCL.

A diretoria do instituto também teve sua gestão publicamente reconhecida. O diretor-presidente do inpEV, João Cesar M. Rando, conquistou em setembro o prêmio Lide de Agronegócios, na categoria Defensivos Agrícolas. Promovida pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), a premiação aconteceu no 4º Fórum Nacional de Agronegócios, em Campinas (SP). Já em dezembro, Rando foi considerado um dos cem nomes mais influentes do agronegócio, na categoria Proteção de Cultivos/Animais, Fertilizantes e Insumos, em lista publicada pela *Revista Dinheiro Rural*.

Reconhecimentos

- Finalista do Agrow Awards 2015, uma das mais importantes celebrações para a indústria de agroquímicos do mundo, que premia instituições que se destacaram por criatividade e inovação. O inpEV concorreu na categoria Best Stewardship Programme (Melhor Programa de Manejo), com um projeto de implementação de Recebimentos Itinerantes no Ceará.
- Finalista (e quarto colocado) no Prêmio Abrasca de Relatório Anual, categoria Organizações não Empresariais.

Certificação

inpEV recebeu a recertificação de Gestão de Qualidade NBR ISO 9001:2008 por mais três anos

Administração econômico-financeira

Cenário macroeconômico

O Brasil ampliou em 7,7% a produção agrícola em 2015 na comparação com 2014, alcançando pela primeira vez 209,5 milhões de toneladas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2015, a participação do agronegócio na balança comercial brasileira foi recorde, respondendo por 46,2% de tudo o que foi vendido ao exterior.

Ao longo do ano, duas greves de motoristas causaram atrasos pontuais na operação do SCL. O plantio de sementes com biotecnologia (transgênicas) levou à redução na utilização de defensivos agrícolas. Houve ainda a questão climática. O fenômeno El Niño influenciou fortemente a agricultura, causando excesso de chuva em algumas regiões do país, seca em outras, atraso e replantio de algumas culturas – como é o caso da safrinha do milho.

Ciente do cenário instável, o inPEV mobilizou ainda mais esforços na otimização de processos e redução de custos desde o início do ano.

Novas fronteiras agrícolas

A expansão das áreas agrícolas do Brasil, especialmente no cerrado e nas regiões onde acontece a substituição de pastagens por cultivos, tem levado o inPEV a desenvolver novas ações para dar conta dos seus desafios. Uma delas é o atendimento à região conhecida como Matopiba, iniciais dos estados que a compõem: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Em 2015, o inPEV desenvolveu estudo para mapear o crescimento da agricultura nessa região e, assim, definir investimentos para a consolidação da infraestrutura de recebimento nessas áreas para a próxima década. Em 2016, o Sistema contará com a inauguração da central em Placas, no distrito de Barreiras, no oeste da Bahia, e de um posto em Redenção, no sul do Pará.

Expansão

O instituto monitora o avanço de novas fronteiras agrícolas para a consolidação de infraestrutura e definição de investimentos.

inPEV desenvolve novas ações para atender à demanda em regiões de expansão agrícola. Em 2016, o Sistema contará com a inauguração de uma central no oeste da Bahia e de um posto no sul do Pará.

Por meio de um painel de indicadores, o inpeV monitora mensalmente seu desempenho nos principais aspectos gerenciais. A ferramenta permite que os gestores acompanhem a evolução do desempenho para adotar mudanças com agilidade.

Central de Alto Parnaíba é inaugurada no Maranhão

Foi inaugurada, em novembro, a terceira central de recebimento de embalagens de defensivos agrícolas gerenciada pelo próprio inpeV. A central de Alto Parnaíba, localizada no município de mesmo nome no Maranhão (km 01 da MA-06, Gleba Brejo da Prata), atende as cidades de Alto Parnaíba e Tasso Fragoso (MA) e Santa Filomena (PI), de segunda a sexta, das 7h às 12h e das 13h12 às 17h. |GRI G4-13|

INDICADORES DE DESEMPENHO	2013	2014	2015
Custo por kg (total)	●	●	●
Custo por kg (sem a área de projetos)	●	●	●
Orçamento inpeV (sem a área de projetos, em R\$ mi)	●	●	●
Total de embalagens destinadas (t)	●	●	●
Total de embalagens recicladas (t)	●	●	●
Total de embalagens destinadas (Pead Mono em t)	●	●	●*
Total de embalagens destinadas (de Coex em kg)	●	●	●
Exposição na mídia (<i>clippings</i>)	●	●	●
Peso transportado por caminhão (em kg)	●	●	●

● Superado ● Realizado ● Realizado, ainda que próximo do limite (atenção) ● Abaixo do estimado

*Fatores climáticos, menor incidência de pragas e atrasos no plantio ocasionaram a divergência entre o volume planejado e o realizado.

Gestão financeira

| GRI G4-DMA |

Criado pela indústria do setor agroquímico para cumprir a responsabilidade da correta destinação final às embalagens vazias de seus produtos, o instituto tem como principal fonte de financiamento as contribuições das empresas associadas, mas também recebe recursos da taxa de credenciamento dos recicladores parceiros do SCL, do ingresso para custeio das unidades de recebimento e do arrendamento da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

Em 2015, dos R\$ 81,7 milhões do orçamento do inPEV, foram R\$ 60,7 milhões oriundos das associadas, R\$ 13 milhões de taxa de credenciamento, R\$ 6,3 milhões de arrendamento e R\$ 3,1 milhões de dividendos da Campo Limpo. Porém, o percentual das contribuições das empresas tem sido reduzido ano a ano, graças a receitas geradas pelo próprio Sistema.

Cerca de 35% do custo do Sistema já é autofinanciado. Projetos para médio prazo vislumbram ampliar esse percentual para cerca de 40% a 45% até 2019. Isso porque a gestão financeira do inPEV está focada na redução dos custos do Sistema e tem como um de seus principais objetivos o autofinanciamento, que é perseguido por meio da captura de valor na cadeia gerenciada pelo instituto e da expansão da sua área de atuação.

Em relação à ampliação do leque de serviços, um dos desafios é transformar todo o ativo de conhecimento da equipe e a infraestrutura já construída em valor

tangível, por meio da prestação de serviços de consultoria.

Quanto à redução de custos, a renegociação dos contratos com as incineradoras trouxe uma redução de 15% no valor da incineração, o que contabiliza R\$ 954 mil no ano. Para 2016, a nova destinação final de IBCs (Intermediate Bulk Container), que vai separar as bolhas desse tipo de embalagem de suas grades (que serão reutilizadas), tem estimativa de economia anual de R\$ 420 mil.

Tributação

Desafiado a conseguir o tratamento tributário adequado ao seu programa de logística reversa, inclusive por meio de alteração de legislação, o inPEV realizou uma reestruturação interna em 2015 para otimizar a área fiscal, que agora centraliza o processo de recebimento de documentos para pagamento.

Em relação ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incidente sobre a circulação de embalagens pós-consumo, o argumento de que as embalagens já são tributadas na origem e não há circulação de mercadoria no momento da devolução foi recusado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão do Ministério da Fazenda. Dessa forma, o inPEV continuará em 2016 os esforços para que o Convênio 51/99, que prevê o benefício da isenção do ICMS sobre a circulação das embalagens pós-consumo, deixe de ser autorizativo e passe a ser impositivo, sendo aplicável em todo o território nacional.

No atual formato, cada estado pode decidir se adota ou não a aplicação do convênio. O inPEV, que já tem a regulamentação para isenção do

Fábrica de tampas é nova fonte de recursos

Um grande passo em busca do desafio de autofinanciamento foi a inauguração da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda., uma fábrica de tampas em Taubaté, no interior de São Paulo. A unidade produz a Ecocap, um sistema de vedação de alta performance, tecnologicamente inovador. A pedra fundamental do novo empreendimento foi lançada em agosto de 2015, mas o processo comercial já operava desde janeiro.

imposto nos estados que compõem grande parte do seu volume (Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), conseguiu em 2015 a adesão do Piauí e segue em tratativas com o Rio Grande do Sul. Além de atuar a nível nacional levando nova argumentação ao Confaz, em 2016 a equipe fiscal atuará na tentativa de acertar novos convênios estaduais.

Assuntos regulatórios

O inpEV participa de discussões do setor e acompanha as iniciativas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Em 2015, foram monitorados 39 projetos de lei e houve arquivamento de dois projetos que poderiam trazer implicações negativas ao Sistema (um estabelecia regras diferentes das atuais no DF e outro proibia a incineração de resíduos fora do estado de origem). |GRI G4-26|

Recebimento itinerante se consolida

Uma cartilha de boas práticas lançada em 2013 padronizou o modelo de Recebimentos Itinerantes (RIs). Aconteceram 4,8 mil recebimentos volantes em 2015, volume similar a 2014. Os locais são divulgados com antecedência para que os agricultores possam se preparar. Para divulgar a iniciativa, o instituto lançou, com apoio da CropLife Latin America, o filme “Recebimento Itinerante – O Sistema Campo Limpo cada vez mais atuante”.

Definir novas estratégias de recebimento é um dos objetivos do inpEV, que criou dois grupos de trabalho para planejar modelos complementares a centrais, postos e RIs. O desafio é reduzir os custos e aumentar o percentual de embalagens recebidas – atualmente, cerca de 94% das embalagens primárias comercializadas retornam ao Sistema.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)	2013	2014	2015
Ativo total	97,6	95,4	101,6
Recursos totais que financiam o programa (inpEV + elos da cadeia) acumulados desde 2002	700	801	910
Receita líquida das atividades	98,8	107,3	115,6
Contribuições de associados	56	55	61
Taxa de credenciamento ¹	10	12	13
Arrendamento Campo Limpo ²	6	6	6
Patrimônio líquido	77	76	77
Dívida líquida ³	N/D	0,3	1,2

- ¹ Pago pelos recicladores pela remessa de embalagens e pela cooperação com o inpEV.
² Aluguel pago pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ao inpEV.
³ A partir de 2015, são considerados somente obrigações com fornecedores, excluindo-se obrigações com centrais e postos. O número de 2014 foi recalculado para garantir comparabilidade. O valor de 2013 não está disponível nesse novo formato.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (R\$ MIL) GRI G4-9 E G4-EC1	2013	2014	2015
1. Receitas ¹	99.102,00	106.747,00	115.069,00
2. Insumos adquiridos de terceiros	70.857,00	89.601,26	94.266,87
3. Valor adicionado bruto (1-2)	28.245,00	17.145,74	20.802,13
4. Retenções	5.078,00	6.497,83	6.737,15
5. Valor adicionado líquido produzido (3-4)	23.167,00	10.647,91	14.064,98
6. Valor adicionado recebido em transferência	1.579,00	1.894,00	3.213,62
7. Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	24.746,00	12.541,91	17.278,60
Colaboradores (remuneração, benefícios e encargos)	10.341,00	10.258,06	11.619,43
Governo (impostos, taxas e contribuições)	2.733,00	3.567,63	3.674,81
Lucro retido/prejuízo do exercício	5.337,00	-1.676,44	1.577,12
Remuneração de capital de terceiros (juros e alugueis)	453	392,67	407,23
Valor adicionado acumulado	1.579,00	3.352,88	-3.154,25

- ¹ Inclui reversão de provisões, Cofins de arrendamento e despesas não operacionais.

inpEV inicia recebimento de sobras e impróprios

O recebimento de sobras e defensivos agrícolas impróprios ampliou o escopo das unidades de recebimento do Sistema Campo Limpo, e algumas delas já estão aptas para receber produtos impróprios e/ou sobras de produtos pós-consumo, além das embalagens vazias.

Até 2014, a Resolução Conama 334/03, que estabelecia critérios para o licenciamento das unidades do Sistema, proibia o recebimento de sobras e resíduos de produtos. Essa resolução foi substituída em 2014 pela Resolução Conama 465/14, que permite o licenciamento das unidades para esse tipo de serviço, segundo novos critérios e adequações físicas.

Ao fim de 2015, 24 unidades do SCL estavam preparadas e licenciadas para receber sobras de produtos impróprios. Em 2016, o projeto deve ser expandido para mais 45 centrais – chegando a 100% delas até o fim de 2017. Espera-se que todo o Sistema Campo Limpo (centrais e postos) esteja adaptado até 2020.

As embalagens com sobras são encaminhadas à incineração.

Sobras e impróprios

24 unidades

aptas a receber em 2015

100%

do Sistema até 2020



O que são impróprios?

Produtos fabricados e comercializados regularmente no Brasil, registrados nos órgãos federais competentes, mas que estão com data de validade vencida ou embalagem avariada, impossibilitando seu uso.



Cartilha desenvolvida pelo inpEV para orientar as centrais do SCL no recebimento de impróprios

Eliminando obsoletos

Em 2015, o inpeV acertou convênio com o Governo do Estado de São Paulo para a eliminação de produtos obsoletos remanescentes no campo. |GRI G4-26|

Assinado em abril por meio da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), o documento prevê que o instituto, em conjunto com a Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), realize a logística para a coleta nos locais inventariados, incluindo as operações para acondicionamento e transporte dos produtos obsoletos ao incinerador, onde os materiais coletados serão destruídos. O projeto pretende incinerar 420 toneladas declaradas de produtos, retiradas de mais de 320 propriedades rurais no estado de São Paulo.



O que são obsoletos?

Produtos banidos, com fabricação e comercialização proibidas por lei, em especial os organoclorados.



Foto: assinatura do convênio com o Governo de São Paulo para a eliminação de produtos obsoletos remanescentes no campo, em abril. Da esquerda para a direita, secretário estadual da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Arnaldo Jardim; governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin; presidente da Cetesb, Otavio Okano; prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Vera, e diretor-presidente do inpeV, João Cesar M. Rando

Inovação e tecnologia

|GRI G4-DMA|

Presente entre os valores e princípios que norteiam o inpEV, a inovação funciona de maneira transversal na organização, amparando processos e operações.

O projeto empresarial “Um novo amanhã já! Como?”, realizado em novembro, teve *workshop* e palestras de consultores externos focados em inovação e outros temas. Foram dois dias de reuniões em Taubaté (SP) para lideranças do inpEV e da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. para definir projetos que apoiem os objetivos estratégicos a médio prazo.

Outra iniciativa em gestão é a Revisão da Qualidade de Processos Administrativos (RQPA), uma auditoria interna realizada pelo inpEV com o auxílio de uma consultoria para entender o funcionamento administrativo de cada central, mapeando riscos e sugerindo planos de ação. Em 2015, foram submetidas à revisão 35 centrais. As demais serão avaliadas a distância até o fim de 2016.

Para trazer ainda mais eficiência aos programas de tecnologia e inovação desenvolvidos pelo inpEV, foi criada, em janeiro de 2015, a Gerência de Tecnologia da Informação (TI), que implementou diversos projetos, como o Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias (adEV), o Sistema de Informações das Centrais (SIC), o Sistema de Logística (SisLog) e a migração do sistema Datasul para a versão Totvs 2015, com novos recursos e formas de utilização, entre eles o módulo que permite a aprovação de compras pelo celular.

SIC ganha plataforma web

Responsável por processar a operação das centrais e fornecer, em tempo real, a quantidade e o tipo de material movimentado até o dia anterior, permitindo a rastreabilidade do processo, o Sistema de Informações das Centrais (SIC) avançou em 2015. O sistema foi atualizado para oferecer melhor interface aos usuários: toda a operação das centrais passou para plataforma *web*, que funciona nos principais navegadores; até então, apenas os módulos gerenciais estavam na rede. A meta para 2016 é que o SIC seja acessado também por *tablets* e *smartphones*.

SisLog – módulo do SIC criado pelo Comitê de Logística, tem a finalidade de dar suporte às melhores práticas em assuntos de logística. O Sistema de Logística (SisLog) possibilita a avaliação e a otimização dos custos de transporte e frete. Ampliado em 2015, consegue dimensionar os valores de frete por intervalo de quilômetro em todo o Brasil, comparando os custos do SCL com o de outras indústrias.

A estrutura de transporte do SCL tem 45 transportadoras adequadas à sazonalidade do negócio, que em épocas de pico realiza até 70 viagens por dia, em uma teia que atende postos, centrais e destinos finais com precisão: 91,4% dos caminhões são modelo *truck* (até 13,5 toneladas de carga), sendo que em 2015 o indicador de caminhões equivalente/*truck* foi de 13,75 toneladas. |GRI G4-EN30|

Modelo internacional

Em outubro, o inpEV esteve em evento da CropLife Latin America, organização que defende a produtividade e a sustentabilidade da agricultura através da oferta de melhores sementes, biotecnologia e produtos fitossanitários, realizado no Panamá, para apresentar as funcionalidades do SIC. O sistema é reconhecidamente um modelo para outros países que estão estruturando o processo de gestão de embalagens vazias e logística reversa.

adEV permite antecipação de planejamento logístico

Mais uma opção de devolução de embalagens pós-consumo para o agricultor, o Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias (AdEV) possibilita que o agricultor programe as devoluções pelo computador, celular ou *tablet*, via *web*.

Implementado como projeto-piloto em sete centrais, em 2013, foi expandido para 35 em 2014 e encerrou 2015 funcionando em 77 centrais ou seja, 100% daquelas que possuem acesso à internet.

A análise das informações do adEV facilita o planejamento e permite que sejam feitas projeções sobre qual quantidade e tipo de material a central vai receber, garantindo mais eficiência à operação logística e melhor aproveitamento da mão de obra nas unidades.

Os temas inovação e tecnologia atuam de maneira transversal na gestão do inpEV, amparando tanto processos administrativos quanto as operações.



Agricultor realiza agendamento eletrônico na Fazenda Integrada (Correntina/Bahia)

Sociedade

|GRI G4-DMA, G4-SO1|

Diferentes públicos de interesse participam das atividades de engajamento, mobilização e conscientização promovidas pelo inPEV, que acontecem de maneira sistemática e evolutiva por variados canais. O Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA), que promove o debate sobre a conservação ambiental entre estudantes, e o Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL), comemorado todo dia 18 de agosto entre os elos da cadeia, envolveram, juntos, mais de 253 mil pessoas em 2015.

O relacionamento com a mídia também está consolidado: cerca de 5,4 mil reportagens sobre o instituto foram publicadas espontaneamente em 2015, número similar ao do ano anterior.

Novos materiais institucionais foram desenvolvidos, como o filme sobre Recebimentos Itinerantes. O canal no YouTube foi reativado e contabilizou mais de 790 mil visualizações durante o ano. O inPEV também é destaque no Facebook, rede social na qual possui mais de 125 mil fãs. No Instagram, houve mais de 3,5 mil interações.

Programa de Educação Ambiental alcança mais alunos

Lançado em 2010, o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA) consiste na distribuição de materiais didáticos às escolas do entorno das centrais de recebimento e no concurso anual de desenho e redação para alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. Tem como objetivos ser um canal de relacionamento entre o Sistema e a comunidade local e incentivar as futuras gerações a conservar o meio ambiente.

A adesão das escolas tem crescido gradualmente: em 2015, 1.872 escolas, de 274 municípios, participaram do programa, envolvendo quase 190 mil estudantes. O número de escolas é 20% superior ao de 2014.

Educação a distância

A plataforma de educação *online* do inPEV foi totalmente reformulada em 2015, tornando-se uma ferramenta mais dinâmica e interativa. O curso gratuito Sistema Campo Limpo: Logística Reversa de Embalagens Vazias tem carga horária de três

190 mil

alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental participaram do Programa de Educação Ambiental. Mais de 1,8 mil escolas foram envolvidas, 20% a mais do que no ano anterior

100 mil

pessoas foram engajadas nas atividades do Dia Nacional do Campo Limpo, em 23 estados

Curso online

disponível no [site inpev.org.br](http://site.inpev.org.br) traz temas como legislação, responsabilidades compartilhadas e o destino ambientalmente correto das embalagens recebidas pelo SCL

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2013	2014	2015
Municípios envolvidos	190	245	274
Centrais	93	103	102
Escolas	1.861	1.572	1.872
Salas de aula	7.164	6.223	7.289
Alunos engajados	128.904	156.946	189.060

horas e oferece informações sobre legislação, responsabilidades compartilhadas e o destino final das embalagens recebidas no SCL. Embora tenha como público alvo a cadeia produtiva agrícola, o curso virtual pode ser feito no *site* do inPEV (www.inpev.org.br) por qualquer pessoa interessada. Ao fim do curso, é possível imprimir um certificado.

Desde a sua primeira disponibilização *online*, em 2007, o EAD do Sistema Campo Limpo teve mais de 9,5 mil acessos.

Dia Nacional do Campo Limpo comemora os bons resultados

A 11ª edição do DNCL mobilizou mais de 100 mil pessoas em 108 unidades de recebimento, de 23 estados. A abertura oficial da celebração, em 18 de agosto,

aconteceu na central de Patrocínio (MG), com transmissão ao vivo pelo Programa Dia Dia Rural, do Canal Terra Viva, via TV por assinatura.

Durante todo o mês de agosto, diversas atividades de engajamento voltadas para diferentes públicos foram organizadas pelas centrais de recebimento, como: o Portas Abertas, que permite que agricultores, comunidade do entorno e estudantes visitem as centrais e conheçam de perto o funcionamento do Sistema; o DNCL Universitário, o DNCL Dia de Campo; a Ação Comunitária; o DNCL Solenidade; e o DNCL na Escola.

No Facebook, mais de 7,8 milhões de pessoas foram atingidas, por meio de mais de 70 publicações sobre o DNCL.

Redes sociais

Reativação de canal do YouTube

+ de **790 mil** visualizações

+ de **125 mil** fãs no Facebook

+ de **3,5 mil** interações no Instagram



DNCL Universitário na central de Patrocínio (MG)

Gestão ambiental

|GRI G4-DMA|

Em 2015, o inPEV investiu R\$ 14,9 milhões em proteção ambiental. Em um negócio cuja essência mitiga impactos ambientais por meio da gestão de resíduos e da reciclagem do material e a utilização do frete de retorno para transporte impacta positivamente, o inPEV também desenvolve ações de proteção ambiental em seu processo de gestão, em prol da preservação dos recursos naturais. |GRI G4-EN27, G4-EN31|

Energia

A campanha para conscientizar os colaboradores sobre o uso de recursos Consumo Consciente é Sustentabilidade, monitorou o consumo de energia elétrica, material de escritório, gastos com viagens e quantidade de impressões coloridas.

O consumo de energia elétrica no inPEV foi 5,31% inferior ao ano anterior, totalizando 290,6 GJ em 2015, dos quais são 202 GJ do escritório de São Paulo, 77,72 GJ da central de Rondonópolis (MT) e 10,88 GJ da central de Alto Parnaíba (MA), que, embora tenha sido inaugurada em novembro, teve os 12 meses de consumo contabilizados, pois até então funcionava em processo de adequação. Entretanto, o consumo de AP não entrou no cálculo de 2014, ou seja, considerando a mesma base de cálculo, a redução do consumo chega a 8,86%. |GRI G4-EN3|

Água

O inPEV consumiu 678,3 m³ de água no ano, redução de 31% em relação aos 983,7 m³ de 2014, considerando o consumo do escritório de São Paulo e da

central de Rondonópolis, volumes fornecidos pelas concessionárias de abastecimento locais. Não foi possível individualizar o consumo da central de Taubaté (SP) porque a unidade está na mesma área da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos. A água utilizada na central de Alto do Parnaíba foi capturada de um poço cartesiano e também não teve o volume contabilizado. |GRI G4-EN8|

Emissões

O conceito do frete de retorno é um grande aliado na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE): o mesmo veículo que entrega os defensivos agrícolas desde a indústria (fabricante) aos distribuidores e às cooperativas aproveita a viagem de volta para transportar as embalagens vazias, devolvidas nas unidades de recebimento.

Além disso, a fabricação da embalagem de defensivos agrícolas Ecoplástica, produzida pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, emite quatro vezes menos gases de efeito estufa que uma embalagem convencional: 0,61 kg de CO₂e contra 2,62 kg de CO₂e para embalagens de 20 litros. Inovadora, a embalagem oferece alta resistência, sendo a primeira de sua categoria a obter a certificação UN (grupo II, densidade 1,4 g/cm³) para o transporte marítimo e terrestre de produtos perigosos. |GRI G4-EN19, G4-EN27|

Já o oitavo estudo de ecoeficiência, realizado pela Fundação Espaço Eco confirma o impacto benéfico do SCL ao meio ambiente. Para se ter uma ideia desse efeito, entre 2002 e 2015 foram deixados de ser lançados na

Benefícios do Sistema (desde 2002)

A destinação adequada de embalagens evitou:

a geração do equivalente a

9 anos

de resíduos gerados por uma cidade de

500 mil

habitantes

o consumo de

1,2 milhão

de barris de petróleo



emissões de

514 mil

toneladas de CO₂e

Fonte: Fundação Espaço Eco.

atmosfera o equivalente a 514 mil toneladas de CO₂, representando a não extração de 1,2 milhão de barris de petróleo. |GRI G4-EN27|

O compromisso do inPEV com a redução de emissões foi ratificado em 2015, com a adesão voluntária

ao recém-lançado Protocolo Climático do Governo do Estado de São Paulo, em novembro. A iniciativa tem o objetivo de estimular as empresas a reduzir emissões de gases do efeito estufa e adotar ações de adaptação às mudanças climáticas. |GRI G4-15, G4-EN19|

INVESTIMENTO EM PROTEÇÃO AMBIENTAL (R\$ MIL) GRI G4-EN31 ¹	2013	2014	2015
Tratamento e disposição de resíduos	12.470	11.682	11.405
Incineração das embalagens não lavadas	8.460	11.072	11.405
Destinação de produtos obsoletos e impróprios ^{2,3}	2.990	359	0
Destinação de produtos ilegais ⁴	686	251	0
Destinação de sacarias, sementes e saneantes (projeto-piloto)	334	0	0
Prevenção e gestão ambiental	3.229	3.296	3.575
Ações de educação e conscientização ⁵	3.090	3.145	3.384
Ações de monitoramento ⁶	139	151	191
Total	15.699	14.978	14.980

1 Números revistos em relação ao publicado no RS 2014. Os custos com análises feitas em resinas pós-consumo deixaram de ser contabilizados.

2 Em 2013 e 2014, valores referem-se a programas de obsoletos nos estados de SP e PR.

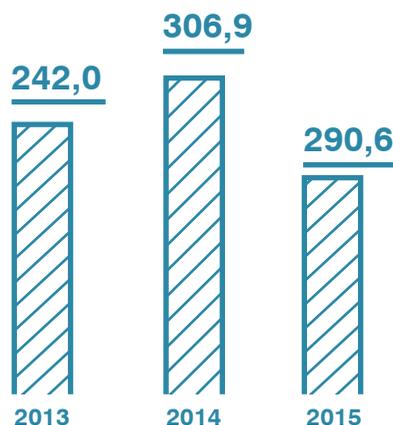
3 Não há valor reportado em 2015, pois a fase de destinação dos produtos obsoletos do projeto de SP ainda havia iniciado, assim como a destinação dos impróprios recebidos nas centrais.

4 Os custos associados à destinação de produtos ilegais foram integralmente transferidos para o Sindiveg a partir de 2015.

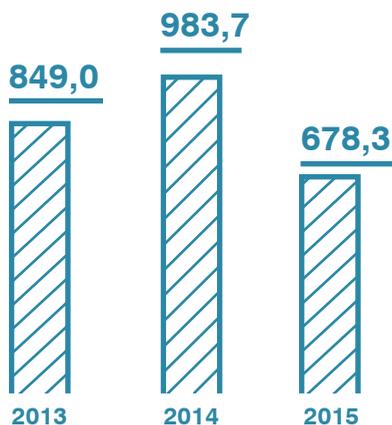
5 Englobam investimentos em conscientização e educação, como eventos, DNCL, materiais produzidos para utilização em palestras e dias de campo, além de materiais utilizados pelos multiplicadores.

6 Ações de monitoramento, após a lavagem das embalagens vazias pelos agricultores, com análises da qualidade da água e do solo, além de consultorias relacionadas.

Consumo de energia (GJ) |GRI G4-EN3|



Consumo de água (m³) |GRI G4-EN8|



Sumário de conteúdo da GRI

| GRI G4-32 |

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS

Conteúdos padrão gerais	Página/resposta	Verificação externa
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
G4-1 Mensagem do presidente	4	Não
G4-2 Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	Atento às mudanças climáticas, o inpEV tem compromisso com a minimização de seus impactos sobre o clima por meio de sua operação direta e na gestão do SCL, reduzindo a geração de resíduos e, conseqüentemente, o consumo de energia. As principais ações desenvolvidas são abordadas nas seções que tratam do Sistema Campo Limpo e de gestão ambiental.	Não
PERFIL ORGANIZACIONAL		
G4-3 Nome da organização	11	Não
G4-4 Principais marcas, produtos e/ou serviços	11	Não
G4-5 Localização da sede da organização	71	Não
G4-6 Países onde estão as principais unidades de operação ou as mais relevantes para os aspectos da sustentabilidade do relatório	11	Não
G4-7 Tipo e natureza jurídica da propriedade	11	Não
G4-8 Mercados em que a organização atua	11	Não
G4-9 Porte da organização	11, 25, 35	Não
G4-10 Perfil dos empregados	25, 26, 27	Não
G4-11 Percentual de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	Todos os colaboradores do inpEV são abrangidos por acordos coletivos de trabalho negociados com sindicatos locais de São Paulo, Rondonópolis e Alto Parnaíba e seguem contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).	Não
G4-12 Descrição da cadeia de fornecedores da organização	Pela natureza da atuação do inpEV como gerenciador do Sistema Campo Limpo, o principal insumo utilizado são as próprias embalagens vazias de defensivos agrícolas, que são devolvidas nas 410 unidades do SCL.	Não
G4-13 Mudanças significativas em relação a porte, estrutura, participação acionária e cadeia de fornecedores	33	Não
G4-14 Descrição sobre como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	O inpEV não adota diretamente o princípio da precaução, mas possui gestão de riscos no recebimento e na destinação das embalagens, contribuindo para a redução dos impactos ambientais sobre o campo.	Não
G4-15 Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente	43	Não

Conteúdos padrão gerais	Página/resposta	Verificação externa
G4-16 Participação em associações e organizações	O instituto é membro da CropLife Latin International e integra os comitês de duas entidades associadas: Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) e Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).	Não
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES		
G4-17 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e entidades não cobertas pelo relatório	8	Não
G4-18 Processo de definição do conteúdo do relatório	8	Não
G4-19 Lista dos temas materiais	9	Não
G4-20 Limite, dentro da organização, de cada aspecto material	9	Não
G4-21 Limite, fora da organização, de cada aspecto material	9	Não
G4-22 Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Houve reformulação do total de energia consumida (G4-EN3) reportado em 2014.	Não
G4-23 Alterações significativas de escopo e limites de aspectos materiais em relação a relatórios anteriores	25	Não
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS		
G4-24 Lista de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização	8	Não
G4-25 Base usada para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> para engajamento	Os processos de identificação e seleção consideram o grau de influência do inPEV sobre os públicos e o impacto dos mesmos sobre o instituto.	Não
G4-26 Abordagem para envolver os <i>stakeholders</i>	9, 35, 37	Não
G4-27 Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento, por grupo de <i>stakeholders</i>	9	Não
PERFIL DO RELATÓRIO		
G4-28 Período coberto pelo relatório	8	Não
G4-29 Data do relatório anterior mais recente	2014.	Não
G4-30 Ciclo de emissão de relatórios	Anual.	Não
G4-31 Contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo.	Canal Fale Conosco, no <i>site</i> inpev.org.br .	Não
G4-32 Opção da aplicação das diretrizes e localização da tabela GRI	8, 44	Não
GOVERNANÇA		
G4-33 Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório	8	Não
G4-34 Estrutura de governança da organização	22	Não
ÉTICA E INTEGRIDADE		
G4-56 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	7, 24	Não

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Verificação externa
DESEMPENHO ECONÔMICO	G4-DMA Forma de gestão	34, 35	Não
	G4-EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído	35	Sim, pág. 51
	G4-EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo	O InpEV não recebe ajuda financeira de governos nem repasses de agências de crédito.	Não
IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS	G4-DMA Forma de gestão	16	Não
	G4-EC8 Descrição de impactos econômicos indiretos significativos	O InpEV contribui para a sociedade principalmente na melhoria das condições ambientais, por meio da dinâmica de recebimento e destinação final das embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo realizada pelo SCL, referência no Brasil e no mundo (<i>vide comparativos globais na página 14</i>). Atua pelo desenvolvimento econômico por meio dos cerca de 1,5 mil empregos diretos do Sistema Campo Limpo, além dos 63 postos de trabalho do próprio instituto. O InpEV também difunde conhecimento e contribui para o aperfeiçoamento de outros sistemas de logística reversa ao compartilhar as informações do SCL com outros setores produtivos.	Não
ENERGIA	G4-DMA Forma de gestão	42	Não
	G4-EN3 Consumo de energia dentro da organização	42, 43	Não
ÁGUA	G4-DMA Forma de gestão	42	Não
	G4-EN8 Total de água retirada por fonte	42, 43	Não
EMISSIONES	G4-DMA Forma de gestão	42, 43	Não
	G4-EN19 Redução de emissões de gases de efeito estufa	42, 43	Não
EFLUENTES E RESÍDUOS	G4-DMA Forma de gestão	20	Não
	G4-EN23 Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	20, 21	Não
	G4-EN25 Peso de resíduos transportados considerados perigosos	O InpEV não importa nem exporta resíduos perigosos. Os resíduos considerados perigosos transportados pelo SCL são as embalagens não laváveis e as que não foram corretamente lavadas pelos agricultores no momento do preparo da calda do produto. Em 2015, foram transportadas 4,4 mil toneladas desse tipo de material.	Não
PRODUTOS E SERVIÇOS	G4-DMA Forma de gestão	20, 42	Não
	G4-EN27 Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços	42	Não
	G4-EN28 Percentual de produtos e embalagens recuperados, por categoria de produtos	20	Não
CONFORMIDADE	G4-DMA Forma de gestão	42	Não
	G4-EN29 Valor de multas e número total de sanções resultantes de não conformidade com leis e regulamentos ambientais	O InpEV cumpre todas as normas ambientais vigentes relacionadas ao exercício da sua atividade e não sofreu nenhuma sanção em 2015.	Não
TRANSPORTES	G4-DMA Forma de gestão	38	Não
	G4-EN30 Impactos ambientais significativos referentes a transporte de produtos e de trabalhadores	39	Não
GERAL	G4-DMA Forma de gestão	42	Não
	G4-EN31 Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo	42, 43	Não

INPEV

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Verificação externa
MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELATIVAS A IMPACTOS AMBIENTAIS	G4-DMA Forma de gestão	42	Não
	G4-EN34 Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais	Não foi registrada nenhuma queixa em 2015.	Não
	G4-DMA Forma de gestão	25	
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	G4-LA5 Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, composto de empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho	Há uma Brigada de Incêndio no escritório de São Paulo composta de cinco colaboradores de diferentes níveis hierárquicos, que representam 100% dos funcionários do local (27 pessoas), ou seja, 42,9% do total de empregados do InpEV. Em dezembro, a equipe de brigadistas organizou um treinamento para simular o abandono do Edifício PBK, prédio comercial onde funciona a sede do InpEV.	Não
	G4-LA6 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero	26	Não
TREINAMENTO E EDUCAÇÃO	G4-DMA Forma de gestão	25	Não
	G4-LA9 Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional	25, 27	Não
COMUNIDADES LOCAIS	G4-DMA Forma de gestão	40, 41	Não
	G4-SO1 Percentual de operações com programas de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	40, 41	Não
CONFORMIDADE	G4-DMA Forma de gestão	40, 41	Não
	G4-SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias	O instituto foi sancionado em dois litígios trabalhistas, de valor aproximado de R\$ 310 mil. Não existem outras sanções ou multas.	Não
MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS NA SOCIEDADE	G4-DMA Forma de gestão	40, 41	Não
	G4-SO11 Número de queixas relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	No período coberto pelo relatório não foi registrada nenhuma queixa no canal Fale Conosco, que acolhe as denúncias.	Não
	G4-DMA Forma de gestão	38, 39	Não
SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE	G4-PR1 Percentual de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias	A atuação do InpEV assegura a destinação correta das embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo, reduzindo os riscos e impactos na saúde e segurança da sociedade. Toda embalagem recebida é vistoriada no momento do recebimento nas centrais e postos do SCL, sendo emitidos recibos de entrega de conformidade aos agricultores. Já as embalagens não conformes (que não foram lavadas adequadamente) são notificadas e encaminhadas para a área segregada (barracão de não lavadas) e as embalagens não pertinentes (que não são de defensivos agrícolas) são devolvidas ao produtor. Os impactos na saúde e segurança e a busca de melhorias nos produtos também são garantidos por meio da certificação ISO 9001 além de ações como: a) programa de manutenção preventiva de equipamentos; b) monitoramento de peso e dimensões de todos os produtos acabados; c) programa de não conformidade de produtos avaliado pelo reciclador; d) tratativa de não conformidades caso a caso; e e) monitoramento de resíduos químicos nas embalagens.	Não
CONFORMIDADE	G4-DMA Forma de gestão	38, 39	Não
	G4-PR9 Valor monetário de multas significativas aplicadas em razão de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Não há desconformidade na administração da logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas.	Não

Informações corporativas

Como se associar ao inpEV

Podem se associar ao inpEV as indústrias fabricantes, registrantes ou importadoras de produtos agrotóxicos e afins devidamente registradas pela lei 7.802/89, desde que, no ato de afiliação, (a) fabriquem (direta ou indiretamente, via contrato de “*tolling*”), formulem ou importem pelo menos um produto agrotóxico já comercializado no mercado brasileiro; e (b) sejam os titulares dos direitos de fabricação, formulação ou importação relativos ao registro do referido produto perante o órgão competente.

A empresa deve entrar em contato com o inpEV via *e-mail* ou telefone para receber as informações necessárias para realizar uma reunião presencial. Nessa reunião serão explicados o sistema de logística reversa do inpEV, seus procedimentos de afiliação, seus processos internos e custos.

A proposta de associação é apresentada ao Conselho Diretor mensalmente para aprovação final.

Empresas associadas

- Adama Brasil
- ADM do Brasil Ltda.
- Agecom Produtos de Petróleo Ltda.
- Agro Import do Brasil Ltda.
- Agrocete Indústria de Fertilizantes Ltda.
- Agrovant Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
- Alamos Brasil Agroquímicos
- Allierbrasil Agronomia Ltda.
- Alta – América Latina Tecnologia Agrícola Ltda.
- Ameribrás Indústria e Comércio Ltda.
- Amvac do Brasil Representações Ltda.
- Anasac Brasil Comércio e Locação de Máquinas Ltda.
- Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda.
- Atanor do Brasil Ltda.
- Atar do Brasil Defensivos Agrícolas Ltda.
- Atta-Kill Indústria e Comércio de Defensivos Agrícolas Ltda.
- AVGUST Crop Protection Importação e Exportação Ltda.
- Ballagro Agro Tecnologia Ltda.
- Basf Agricultural Specialities Ltda.
- Basf S.A.
- Bayer S.A.
- Besquisa Indústria Química do Brasil Ltda.
- Biocontrol Sistema de Controle Biológico Ltda.
- BIO CONTROLE Métodos de Controle de Pragas Ltda.
- Bio Soja Indústrias Químicas e Biológicas Ltda.
- Biotech Controle Biológico Ltda.
- BRA Defensivos Agrícolas Ltda.
- CCAB Agro S.A.
- Cheminova Brasil Ltda.
- Chemotécnica do Brasil Ltda.
- Consagro Agroquímica Ltda.
- COPALLIANCE – Cooperativa de Consumo de Produtos.
- Cropchem Ltda.
- Cross Link Consultoria e Comércio Ltda.
- De Sangosse L.A. Ltda.
- Degesch do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
- Dinagro Agropecuária Ltda.
- Dow Agrosociências Industrial Ltda.
- Du Pont do Brasil S.A.
- Evonik Degussa Brasil Ltda.
- Fênix Agro Pecu Industrial Ltda.
- FMC Química do Brasil Ltda.
- Genbra Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
- Helm do Brasil Mercantil Ltda.
- Iharabrás S.A. Indústrias Químicas
- Indústria Química Dipil Ltda.
- Inquima Ltda.
- Irrigações Dias Cruz Ltda.
- Isagro Brasil Comércio de Produtos Agroquímicos Ltda.
- Isca Tecnologias Ltda.
- Koppert do Brasil Holding Ltda.
- Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda.
- Laboratório de Biocontrole Farroupilha Ltda.
- Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda.
- Luxembourg Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda.

- Macdermid Agricultural Solutions Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
- Macroseeds Indústria e Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
- Microquímica Indústrias Químicas Ltda.
- Microsal Indústria e Comércio Ltda.
- Momentive Performance Materials Indústria de Silicones Ltda.
- Monsanto do Brasil Ltda.
- Morsolletto Santos e Vicente Cano Ltda.
- Nortox S.A.
- Novozymes Bioag Produtos para Agricultura Ltda.
- Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
- Ouro Fino Química Ltda.
- Oxiquímica Agrociência Ltda.
- OXON Brasil Defensivos Agrícolas Ltda.
- Petrobras Distribuidora S.A.
- Pilarquim BR Comercial Ltda.
- Plato do Brasil Comércio Ltda.
- Poland Química Ltda.
- Prentiss Química Ltda.
- Prophyto Comércio e Serviços Ltda.
- PRTrade Repres. Com. Importação e Exportação Ltda.
- Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
- Rohm and Haas Química Ltda.
- Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda.
- Sabero Organics América S.A.
- Samaritá Indústria e Comércio Ltda.
- Sharda do Brasil Comércio de Produtos Químicos e

- Agroquímicos Ltda.
- Simbiose Indústria e Comércio de Fertilizantes e Insumos Microbiológicos Ltda.
- Sinon do Brasil Ltda.
- Sipcam Nichino Brasil S.A.
- Stockton–Agrimor do Brasil
- Stoller do Brasil Ltda.
- Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda.
- Syngenta Proteção de Cultivos S.A.
- Tagros Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda.
- Tamincio do Brasil Produtos Químicos Ltda.
- Tecnicontrol Indústria e Comércio de Produtos Biológicos Ltda.
- Terra Nostra Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Fertilizantes Ltda.
- Unibrás Agroquímica Ltda.
- Union Agro Ltda.
- United Phosphorus do Brasil Ltda.
- UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.
- VectorControl Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.
- W. Neudorff Serviços de Agricultura do Brasil Ltda.

Entidades associadas

- Abag – Associação Brasileira do Agronegócio
- Aenda – Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos
- Andav – Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários
- Andef – Associação Nacional de Defesa Vegetal
- APPS – Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudas
- Aprosoja – Associação Brasileira dos Produtores de Soja
- CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
- Sindiveg – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal



Anexos



INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores
Instituto Nacional de Processamento de
Embalagens Vazias – inpEV

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – inpEV (o “Instituto”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas

demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – inpEV em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	38.912	29.112	Fornecedores	1.227	311
Contas a receber (Nota 7)	5.067	4.289	Contas a pagar às centrais e postos (Nota 12)	4.030	2.992
Adiantamentos concedidos (Nota 8)	6.321	6.358	Excedente de centrais (Nota 13)	1.923	2.070
Despesas do exercício seguinte	177	186	Salários e encargos sociais	2.414	2.608
	50.477	39.945	Tributos a pagar	294	249
			Provisão para contingências (Nota 14)	55	56
Não circulante			Adiantamentos de associadas (Nota 15)	13.943	11.128
Realizável a longo prazo				23.886	19.414
Caução aluguel (Nota 9)	61	61	Não circulante		
Imobilizado (Nota 10)	50.707	55.107	Provisão para contingências (Nota 14)	529	445
Intangível (Nota 11)	315	314	Total do passivo	24.415	19.859
	51.083	55.482	Patrimônio líquido (Nota 16)		
Total do ativo	101.560	95.427	Patrimônio social	77.145	75.568
			Total do passivo e patrimônio líquido	101.560	95.427

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

	2015	2014
Receita líquida das atividades (Nota 17)	115.602	106.747
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 22)	(117.015)	(109.199)
Outros ganhos, líquidos	95	8
Provisão para créditos de realização duvidosa, líquido das reversões (Nota 7 e Nota 22)	(88)	(803)
	(116.832)	(109.994)
Déficit operacional	(1.230)	(3.247)
Despesas financeiras	(405)	(323)
Receitas financeiras	3.212	1.894
Receitas financeiras líquidas	2.807	1.571
Superávit (déficit) do exercício	1.577	(1.676)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM MILHARES DE REAIS

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	TOTAL
Em 1º de janeiro de 2014	77.244		77.244
Déficit do exercício		(1.676)	(1.676)
Absorção do déficit do exercício	(1.676)	1.676	
Em 31 de dezembro de 2014	75.568		75.568
Superávit do exercício		1.577	1.577
Destinação do superávit do exercício	1.577	(1.577)	
Em 31 de dezembro de 2015	77.145		77.145

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	1.577	(1.676)
Ajustes		
Depreciação e amortização	6.737	6.419
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	709	300
Provisão para contingências	1.894	1.840
(Reversão) provisão para créditos de realização duvidosa	(88)	803
	10.829	7.686
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(690)	317
Adiantamentos concedidos	37	(2.654)
Despesas do exercício seguinte	9	(21)
Depósitos judiciais	(1.811)	(1.663)
Caução aluguel		(1)
Fornecedores	916	(673)
Contas a pagar às centrais e postos	1.038	830
Excedente de centrais	(147)	682
Salários e encargos sociais	(194)	328
Tributos a pagar	45	15
Adiantamento de associadas	2.815	(1.852)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	12.847	2.994
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(3.047)	(2.232)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.047)	(2.232)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.800	762
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.112	28.350
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	38.912	29.112

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (“InpEV” ou “Instituto”), com sede em São Paulo, foi fundado em 14 de dezembro de 2001, com prazo indeterminado de duração. É uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo gerir o processo de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos e afins no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana e apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de agrotóxicos e afins.

Para atingir seus objetivos, o Instituto depende fundamentalmente das contribuições feitas por suas associadas.

De acordo com a legislação em vigor, o Instituto goza de isenção de determinados tributos federais por se tratar de uma sociedade de caráter associativo.

A Lei no 9.718, de dezembro de 1998, estabelece normas para as entidades isentas do pagamento de imposto de renda (como é o caso do Instituto) e da contribuição social. Por essa Lei, o Instituto, para manter a isenção, não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, deve destinar esse resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Em dezembro 2015, o Instituto apresentava 99 empresas associadas, todas fabricantes de agroquímicos (2014 - 102 empresas associadas).

1.1 DESCRIÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO

O Instituto, representante da indústria fabricante de produtos agroquímicos, possui a responsabilidade legal em dar a correta destinação final às embalagens vazias de seus produtos.

Para viabilizar essa operação, foram criadas as unidades de recebimento de embalagens vazias, que tem por objetivo otimizar o recebimento das mencionadas embalagens do meio rural, para que o Instituto lhes dê a destinação final ambientalmente adequada.

Uma vez recebidas nas unidades de recebimento de embalagens vazias - UREs (postos ou centrais gerenciados por associação de revendas), o Instituto é responsável por sua destinação final que pode ser

efetuada através de um processo de reciclagem ou incineração, dependendo das características técnicas das embalagens.

Concomitantemente, o Instituto celebra convênios com empresas recicladoras, tendo como objetivo, a cooperação técnica e operacional na área de reciclagem dos materiais provenientes das embalagens vazias de produtos fitossanitários, recebidos nas UREs, passíveis de serem recicladas.

O envio das embalagens para o processo de reciclagem é efetuado pelas Centrais sob a responsabilidade do Instituto através de uma operação de simples remessa realizada pela central de recebimento para a empresa recicladora.

(a) Taxa de credenciamento de recicladores

O Instituto recebe das empresas recicladoras, uma taxa denominada taxa de credenciamento, correspondente (i) a transferência de conhecimento, às recicladoras, relativamente ao processo de utilização das embalagens vazias derivadas da indústria agroquímica na elaboração de novos artefatos, bem como, (ii) treinamentos dados aos funcionários das recicladoras quanto a gestão adequada das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

(b) Ingressos para custeio de UREs

Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuam, adicionalmente, um pagamento ao Instituto, a título de ingressos para custeio de UREs. Os ingressos para custeio de UREs são utilizados como forma de ressarcir os custos incorridos pelas centrais e postos com o processo de recebimento de embalagens vazias e preparação para envio ao seu destino final.

Este recurso, recebido das recicladoras pelo Instituto é transferido às associações de revendas, responsáveis pela gestão das UREs, a título de reembolso pelas despesas e custos incorridos no processo de preparação das embalagens vazias para serem enviadas ao destino final, mediante um processo criterioso de prestação periódica de contas.

A administração do Instituto, em conjunto com seus advogados, efetuou uma análise profunda do seu modelo de negócio e, a partir de dezembro de 2009, estabeleceu alterações nos seus processos cujo novo modelo considera a entrega de embalagens vazias pelas associações de revenda às recicladoras por valor simbólico e mediante emissão de nota fiscal de simples remessa.

As taxas de credenciamento e de ingresso para custeio das UREs são apuradas com base no quilo do produto entregue às recicladoras e representam, respectivamente, de 30% a 40% e de 60% a 70% do volume de produtos processados.

(c) Destinação dos recursos

Enquanto que os ingressos para custeio das UREs são periodicamente transferidos para as associações de revendas para a manutenção das operações das UREs, os recursos obtidos na forma de taxa de credenciamento dos recicladores foram utilizados para a expansão do conjunto de ativos de propriedade do Instituto e arrendada para a empresa Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limp0") e cujos acionistas são os associados do inPEV (Nota 10), na cidade de Taubaté - estado de São Paulo. A partir de 2013, quando foram finalizados os investimentos em Taubaté, a taxa de credenciamento passou a ser destinada integralmente à redução da contribuição das associadas.

(d) Excedente de centrais

O resultado financeiro decorrente da operação de remessa de embalagens vazias realizada pelas centrais de recebimento, para os recicladores, excluído os custos compartilhados entre o Instituto e as associações de revendas são, em geral, deficitários. Entretanto, devido à otimização dos processos operacionais e maior movimentação de embalagens vazias, pode resultar em um resultado financeiro superavitário em um determinado mês ou, após compensação dos déficits, resultar em um saldo final superavitário, o qual é tratado contabilmente pelo Instituto como "excedente de centrais". Como os recursos financeiros estão sob a gestão do Instituto, os saldos de excedente de centrais são controlados em conta corrente específica e discriminados individualmente por central.

Conforme preveem os convênios com as associações de revendas e o Instituto, a central que possuir saldo excedente terá, mediante comum acordo com o Instituto, direito a utilização do mesmo desde que respeitada a seguinte ordem:

1º. Melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) na própria Unidade de Recebimento;

2º. Construção de postos e melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) nos postos gerenciados pela associação de revendedores;

3º. Melhorias nas Unidades de Recebimento (Centrais) que fazem parte do sistema de destinação de embalagens na mesma unidade da federação;

4º. Melhorias nos Postos de Recebimento de Embalagens Vazias da mesma Unidade da Federação;

5º. Melhorias nas Unidades de Recebimento e Postos da Federação respeitando a sequência anterior.

(e) Avaliação das incidências tributárias nas operações do Instituto

Concomitante com a análise do novo modelo de negócios e, com o objetivo de afastar, ou minimizar, os riscos decorrentes de eventual interpretação sobre a incidência de tributos sobre as operações realizadas, a administração do Instituto solicitou aos seus advogados um estudo detalhado de tributação das suas operações o qual conclui que as receitas auferidas com a operação do novo modelo de remessa não estão sujeitas a incidência de quaisquer impostos ou contribuições.

1.2 UNIDADE DE NEGÓCIO GESTÃO

A administração das atividades do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

(a) Processo básico - destina-se à construção, à manutenção e à concessão de subsídios às unidades de recebimento; ao transporte das embalagens vazias dos postos para as centrais e destas para o destino final (recicladora ou incineradora); e pelos custos de destinação final das embalagens para incineração (Nota 22).

(b) Processo de suporte - destina-se às comunicação e divulgação das operações do Instituto, à educação, treinamento e conscientização das partes envolvidas e interessadas, ao apoio jurídico e projetos que visem a auto sustentabilidade do sistema (Nota 22).

(c) Processo administrativo - destina-se à manutenção da área Administrativa do Instituto, incluindo toda parte de pessoal.

1.3 UNIDADE DE NEGÓCIO REICLADORA

Com o objetivo de atingir a auto sustentabilidade do modelo de negócios do Instituto, foi construída uma unidade recicladora para absorver parte das embalagens recebidas nas centrais de recebimento de embalagens e destinadas à fabricação de novas embalagens plásticas e em 2008 o conjunto de ativos foi arrendado a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. - "Campo Limpo S.A.". O investimento

do Instituto na construção e montagem e expansão da unidade fabril, atualmente, são de R\$ 61.555 (2014 - R\$ 61.891) (Nota 10).

1.4 CAMPO LIMPO - RECICLAGEM E TRANSFORMAÇÃO DE PLÁSTICOS S.A.

O Instituto tem como um dos seus objetivos a auto sustentabilidade econômica do programa de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos por meio de verticalização do processo de recebimento e destinação dessas embalagens. Para atingir este objetivo, foi estabelecido um plano de investimento estruturado inicialmente em 4 fases: 1a fase - reciclagem de plásticos rígidos; 2a fase - transformação de plásticos rígidos em embalagens, 3a fase - reciclagem de plásticos flexíveis; e 4a fase - transformação plásticos flexíveis.

Em 2006, os associados do Instituto aprovaram a implantação das fases 1 e 2, o qual resultou na construção e estruturação da companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."), cujo objetivo é a reciclagem de embalagens vazias e fabricação de embalagens nos padrões exigidos pelos seus associados, os quais são fabricantes de produtos fitossanitários.

Em 18 de abril de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária, a decisão de abandonar as fases

3 e 4, e ampliar a fase 1 e 2 direcionando investimentos para a compra de equipamentos de sopro (fabricação de embalagens).

A ampliação das fases 1 e 2 implicou na aquisição de 4 equipamentos de sopro representando investimentos na ordem de R\$ 20.000 (não auditado), todos estes instalados até dezembro de 2013 encerrando, portanto, os investimentos do projeto.

De forma a viabilizar a operação da Campo Limpo S.A. foi firmado, com o inPEV, um contrato de arrendamento mercantil dos ativos descritos na Nota 10, com remuneração ao instituto na ordem de 10% do faturamento líquido da Campo Limpo S.A. (Nota 21).

1.5 CAMPO LIMPO TAMPAS E RESINAS PLÁSTICAS LTDA.

Com o propósito de fechar o ciclo de vida da embalagem dentro da própria cadeia, em 24 de janeiro de 2014 foi constituída a Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. ("Campo Limpo Tampas"), com 99,99% de quotas

detidas pela Campo Limpo S.A., que tem por objetivo produzir um sistema de vedação de alta performance, as chamadas Ecocaps. Desta forma, será fornecido ao cliente uma solução completa contemplando embalagens (produzidas pela Campo Limpo S.A.) e tampas (produzidas pela Campo Limpo Ltda.).

Para a consecução das operações da Campo Limpo Ltda., o Instituto firmou contrato de arrendamento de um espaço existente na Campo Limpo S.A. cuja remuneração equivale a 0,5% do faturamento mensal.

Em 2015, o Instituto obteve receita de arrendamento decorrente das operações da Campo Limpo Ltda. no valor de R\$ 82 (2014 – R\$ 60) o qual está registrado na rubrica de "Arrendamento mercantil operacional" na demonstração do resultado.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e Conselho Diretor em 22 de fevereiro de 2016.

2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 ATIVOS FINANCEIROS

2.3.1 Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Instituto compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Caução aluguel” e “Depósitos judiciais”.

2.3.2 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Instituto avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outras:

- . dificuldade financeira significativa de recebimento da associada;
- . inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor

presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

2.4 CONTAS A RECEBER

As contas a receber, representadas pelos valores devidos por associadas e decorrentes da contraprestação dos serviços prestados pelo Instituto na consecução de suas atividades, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para créditos de realização duvidosa.

Uma provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Instituto não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é de 30 dias.

2.5 ADIANTAMENTO CONCEDIDOS

Os adiantamentos concedidos, representados por recursos antecipados às centrais e postos para suportar as necessidades de caixa de curto prazo, são avaliados pelo custo.

2.6 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura e só podem ser movimentados mediante ordem judicial. Estes depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as normas legais, e estão apresentados no balanço patrimonial líquido da provisão para contingências (Nota 14).

2.7 IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	ANOS
Edificações	50-60
Equipamentos e instalações	10-15
Veículos	5
Móveis e utensílios	12-16
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos”, na demonstração do resultado.

2.8 ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquido de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.9 INTANGÍVEL

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

2.10 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar substancialmente representadas por despesas incorridas pelas associações de vendas no processo de manutenção das unidades de recebimento das embalagens.

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Provisões

O Instituto reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Benefícios a empregados - bônus

O Instituto reconhece um passivo e uma despesa para pagamento de bônus com base em metas atingidas por seus empregados. O reconhecimento do bônus é usualmente efetuado por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Instituto.

2.14 Reconhecimento de receita e correspondentes despesas

A receita compreende o valor presente das contribuições das associadas, receitas dos recicladores

(taxa de credenciamento e ingresso para custeio de UREs), receita de arrendamento mercantil operacional e contribuições extraordinárias dos associados recebidas daqueles associados que também são acionistas na Campo Limpo S.A.

Os valores relacionados com a unidade de negócio de gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos são reconhecidos como receita do exercício na medida em que são incorridos os custos e despesas para administrar o sistema.

(a) Contribuições das associadas

Considerando que as contribuições das associadas são efetuadas para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e incineração de embalagens vazias, entre outros, é considerado contribuições de associados o montante correspondente aos custos e despesas incorridos. Contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos são contabilizadas na rubrica “Adiantamento de associadas”, no passivo circulante.

(b) Taxa de credenciamento de reciclador

O montante da taxa de credenciamento do reciclador é calculado com base no volume de embalagens recebidas e destinadas para a reciclagem e reconhecida por ocasião da efetiva entrega das embalagens vazias às recicladoras. Equivale a aproximadamente 30% a 40% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e é utilizada na composição da redução da contribuição anual dos associados do inpev.

(c) Ingressos para custeio de UREs

Os ingressos para custeio de UREs, correspondentes a 60% a 70% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e aplicados na unidade de negócio gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias, são reconhecidos no momento da entrega efetiva aos recicladores e aplicados no momento que as UREs (centrais e postos) apresentam os gastos ocorridos com a operação de preparação das embalagens para envio ao destino final.

(d) Arrendamento mercantil operacional

As receitas com arrendamento mercantil operacional são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios com base em um percentual da receita líquida mensal das vendas de produtos da Campo Limpo S.A.

(e) Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados/acionistas da Campo Limpo S.A.)

São recursos repassados pelos associados do Instituto, os quais são também acionistas da Campo Limpo S.A., originados dos dividendos pagos pela Campo Limpo S.A. aos associados-acionistas no encerramento de cada exercício social. Portanto, o Instituto reconhece como receita os valores aprovados em Assembleia Geral Ordinária da Campo Limpo S.A., prevista para ocorrer em abril do exercício seguinte.

As contribuições extraordinárias são utilizadas para a redução do valor da contribuição anual das associadas-acionistas da Campo Limpo S.A.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

O Instituto faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes ficam próximas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir:

(a) Processo de gestão da destinação final das embalagens vazias dos produtos fitossanitários e tributação da taxa de credenciamento de reciclador

Até novembro de 2009, as associações de vendas vinham efetuando a venda das embalagens vazias às recicladoras. O Instituto, por sua vez, recebia valores das recicladoras a título de taxa de credenciamento de reciclador, que seria devida em função do credenciamento das recicladoras, pela transferência de conhecimento relativamente ao processo de reciclagem de resíduos plásticos, da confecção de novos artefatos a partir deste material, bem como em função do treinamento dos profissionais das recicladoras para a adequada gestão das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Com o propósito de afastar quaisquer questionamentos fiscais que porventura pudessem existir sobre a operação de venda de embalagens pelos participantes do sistema, e tendo em vista que a propriedade das embalagens é detida pelos fabricantes de produtos fitossanitários, a administração do Instituto, apoiada por

estudos realizados por advogados externos, procedeu a alterações em seu modelo de negócio (Nota 1.1).

Com a implementação do novo modelo de negócio a partir de 1o de dezembro de 2009, o procedimento de venda das embalagens vazias às recicladoras foi descontinuado, sendo que o montante que anteriormente correspondeu ao pagamento das recicladoras às associações de revendedores pelo recebimento das embalagens vazias, foi incorporado ao valor dos ingressos para custeio das UREs e passou a ser cobrado diretamente pelo Instituto. Em contrapartida, parcela dos ingressos para custeio das UREs recebidos pelo Instituto passou a ser utilizado para subsidiar parte dos custos incorridos pelas unidades de recebimento das embalagens vazias, as quais incluem as associações de revendedores.

O Instituto, baseado em estudo elaborado por seus advogados externos, entende não ser necessário o recolhimento de qualquer tributo sobre as operações de remessa de embalagens.

(b) Provisão para contingências tributárias e trabalhistas

Como descrito na Nota 12 às demonstrações financeiras, o Instituto discute nos tribunais a tributação da COFINS sobre taxa de credenciamento e discute verbas rescisórias com ex-funcionários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 FATORES DE RISCO FINANCEIRO

O Instituto está exposto aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

(a) Risco de crédito

O Instituto realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar riscos de liquidez.

O contas a receber é representado pelos adiantamentos de associadas que ainda não foram recebidos. Para os casos em que a associada encontra-se inadimplente

(Nota 7), a administração do Instituto inicia um processo de cobrança amigável de forma a equacionar o recebimento do saldo devedor e, na eventualidade de se configurar em um problema, a administração do Instituto pode instaurar um processo de cobrança judicial.

(b) Risco de liquidez

É um risco de o Instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

4.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital social são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os ativos financeiros do Instituto representados por “caixa e equivalentes de caixa” (substancialmente aplicações financeiras em fundos de investimento), “contas a receber” de associadas, “caução aluguel” e “depósitos judiciais”, são todos classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros como “fornecedores”, “adiantamento de associadas e recicladores” e “provisão para contingências”, são classificados como outros passivos financeiros.

5.1 QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

As disponibilidades e aplicações financeiras da Entidade são transacionados com instituições financeiras com os seguintes *ratings*:

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa e títulos		
Banco do Brasil S.A. BBB A-2	3.466	2.863
Banco Itaú S.A. - BBB A-2	35.439	26.241
	38.905	29.104

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de contas a receber de clientes é calculada com base em uma avaliação de risco de um cliente vir a não honrar com o

pagamento nas datas de vencimento e na dificuldade de recuperação destes créditos mediante cobrança amigável.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa	7	8
Bancos conta-movimento	11.399	16.951
Fundos de investimento (*)	27.506	12.153
	38.912	29.112

(*) O montante representa o numerário aplicado em fundos de investimentos financeiros, depositados no Banco Itaú S.A. e Banco do Brasil S.A., são remunerados com base na variação de 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (2014 - 102%).

7 CONTAS A RECEBER

	2015	2014
Contribuições de associadas - Agroquímicos	3.901	4.077
Recicladores		
Credenciamento de recicladores	1.073	1.037
Ingresso para custeio de UREs	3.218	2.727
Provisão para créditos de realização duvidosa	(3.971)	(4.059)
Arrendamento operacional - Campo Limpo S.A.	608	499
Outras contas a receber	238	8
	5.067	4.289

As movimentações na provisão para créditos de realização duvidosa de contas a receber de clientes do Instituto são as seguintes:

	2015	2014
Em 1º de janeiro	(4.059)	(3.256)
Adições (i)	(296)	(1.121)
Baixas por recebimento	384	318
Em 31 de dezembro	(3.971)	(4.059)

A provisão para créditos de realização duvidosa foi constituída com os critérios a seguir descritos:

- . Saldo em aberto de associadas com títulos vencidos há mais de 90 dias.
- . Parcelamento de débitos (renegociações) vencidos.

(i) Em 2014, o Instituto, após cobranças amigáveis e, por meio de seus advogados, decidiu impetrar processo judicial contra uma associada inadimplente Fersol Indústria e Comércio Ltda. cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2015 correspondia ao valor de R\$ 3.667 (2014 – R\$3.383).

Os valores a receber apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	2015	2014
A vencer	5.067	4.067
Vencidos		
Até 60 dias		328
De 61 a 90 dias		178
De 91 a 180 dias	16	154
De 180 a 360 dias	288	382
Superiores a 360 dias	3.667	3.239
	9.038	8.348

8 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	2015	2014
Adiantamentos para centrais e postos (*)	5.973	5.907
Adiantamentos a funcionários	63	70
Adiantamentos de férias	39	260
Outros adiantamentos	246	121
	6.321	6.358

(*) Conforme acordo firmado com as associações de revendas responsáveis pela administração das centrais e dos postos de recebimento de embalagens vazias, vigente até novembro de 2009, o Instituto foi responsável por parte dos custos incorridos e respectivos déficits apurados. Com a vigência do novo modelo de negócios (Nota 1.1), a partir de dezembro de 2009, o Instituto passou a ser responsável pela gestão dos recursos gerados pela remessa das embalagens aos recicladores e ressarcimento da totalidade dos custos incorridos pelas associações de revendas.

Em certas circunstâncias, o Instituto concede adiantamentos às centrais e postos, com base na média dos últimos três meses do total das despesas apresentadas pela central. Tais adiantamentos são reconhecidos no resultado do exercício por meio de apresentação da documentação-suporte dos gastos incorridos.

9 CAUÇÃO ALUGUEL

O saldo de R\$ 61 (2014 - R\$ 61) está representado pelo valor do depósito em caderneta de poupança, acrescido

de juros, referente à caução definida no contrato de locação do imóvel onde está instalada a sede do Instituto. Ao final do contrato, o valor será resgatado.

10 IMOBILIZADO

	EDIFICAÇÕES			EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES			MÓVEIS E UTENSÍLIOS OUTROS			TOTAL EM	OBRAS E MÁQUINAS	IMOBILIZADO
	TERRENOS	BENFEITORIAS		VEÍCULOS	UTENSÍLIOS	OUTROS	OPERAÇÃO	ANDAMENTO			TOTAL	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	431	14.343	32.252	751	376	20	48.173	11.413			59.586	
Aquisição		134	1.335	573	27	35	2.104				2.104	
Baixa			(54)	(244)	(2)		(300)				(300)	
Transferência			11.408	4	1		11.413	(11.413)				
Depreciação		(714)	(5.271)	(228)	(62)	(8)	(6.283)				(6.283)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	431	13.763	39.670	856	340	47	55.107				55.107	
Custo total	431	17.519	55.009	1.421	728	114	75.222				75.222	
Depreciação acumulada		(3.756)	(15.339)	(565)	(388)	(67)	(20.115)				(20.115)	
Valor residual	431	13.763	39.670	856	340	47	55.107				55.107	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	431	13.763	39.670	856	340	47	55.107			-	55.107	
Aquisição		20	2.602	236	58		2.916				2.916	
Baixa			(641)	(66)			(707)				(707)	
Depreciação		(743)	(5.465)	(319)	(70)	(12)	(6.609)				(6.609)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	431	13.040	36.166	707	328	35	50.707				50.707	
Custo total	431	17.538	56.545	1.470	784	114	76.882				76.882	
Depreciação acumulada		(4.498)	(20.379)	(763)	(456)	(79)	(26.175)				(26.175)	
Valor residual	431	13.040	36.166	707	328	35	50.707				50.707	

Com o objetivo de promover a auto sustentabilidade econômica do sistema Campo Limpo (logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas) beneficiando todos os elos da cadeia, os associados constituíram uma entidade em separado, denominada Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."). Os ativos da Campo Limpo S.A. foram adquiridos pelo InPEV e estão registrados como imobilizado do Instituto. O total desses ativos soma em 2015 o valor de R\$ 61.555 (2014 - R\$ 61.891).

Em 1º de maio de 2008, o Instituto firmou contrato de locação do imóvel, equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento, bem como equipamentos sobressalentes pertencentes ao imóvel com a empresa Campo Limpo S.A. Tal contrato possui prazo de dez anos com renovação automática por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes.

Os ativos arrendados à Campo Limpo S.A. estão demonstrados como segue:

DESCRIÇÃO	2015		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
Edificações e benfeitorias	16.831	(4.002)	12.829
Equipamentos e instalações	43.808	(14.926)	28.882
Veículos	401	(231)	170
Móveis e utensílios	492	(273)	219
Outros	23	(23)	
	61.555	(19.455)	42.100

DESCRIÇÃO	2014		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
Edificações e benfeitorias	16.811	(3.334)	13.477
Equipamentos e instalações	44.167	(10.969)	33.198
Veículos	401	(173)	228
Móveis e utensílios	489	(224)	265
Outros	23	(22)	1
	61.891	(14.722)	47.169

11 INTANGÍVEL

	SOFTWARES ADQUIRIDOS	LICENÇA DE USO	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2013	295	27	322
Aquisição	76	51	127
Transferência	62	(62)	
Amortização	(119)	(16)	(135)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	314		314
Custo total	1.438		1.438
Amortização acumulada	(1.124)		(1.124)
Valor residual	314		314
Saldos em 31 de dezembro de 2014	314		314
Aquisição	131		131
Baixa	(2)		(2)
Amortização	(128)		(128)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	315		315
Custo total	1.537		1.537
Amortização acumulada	(1.222)		(1.222)
Valor residual	315		315

Os ativos intangíveis relacionados à Campo Limpo S.A. em 31 de dezembro de 2015 estão demonstrados como segue:

	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
Hardware e software	422	(277)	145

12 CONTAS A PAGAR ÀS CENTRAIS E POSTOS

Referem-se aos valores a pagar para as UREs (centrais e postos) em decorrência do compartilhamento dos custos de manutenção operacional firmado entre o Instituto e os gestores dessas unidades (associação de vendas), e cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 4.030 (2014 –R\$ 2.992).

13 EXCEDENTE DE CENTRAIS

Conforme descrito na Nota 1.1 (d), o saldo de excedentes de determinadas centrais, no valor de R\$ 1.923 (2014 – R\$ 2.070), é segregado em conta bancária específica, controlado por central, e somente poderá ser utilizado após aprovação prévia do Instituto e desde que respeitada a hierarquia de prioridades prevista no convênio entre as partes.

14 CONTINGÊNCIAS

As discussões judiciais e seus correspondentes depósitos judiciais estão apresentados conforme seguem:

	DEPÓSITOS JUDICIAIS		DISCUSSÃO JUDICIAL	
	2015	2014	2015	2014
Tributária - Contribuição para o				
Financiamento da Seguridade				
Social (COFINS) (i)	10.971	9.160	11.026	9.216
Trabalhistas (ii)			529	445
	10.971	9.160	11.555	9.661
Depósitos judiciais relacionados com discussões judiciais	(10.971)	(9.160)	(10.971)	(9.160)
Valor líquido das discussões judiciais			584	501
Menos passivo circulante			(55)	(56)
No passivo não circulante			529	445

Movimentação das discussões judiciais no exercício de 2015 está demonstrada a seguir:

	TRIBUTÁRIA	TRABALHISTA	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.544	277	7.821
Complemento/adições	952	168	1.120
Atualização monetária	720		720
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.216	445	9.661
Complemento/adições (iv)	854	207	1.061
Reversão/baixa (iii)		(68)	(68)
Atualização monetária	901		901
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.971	584	11.555

(i) Desde 2004, o Instituto tem gerado receitas de taxa de credenciamento conforme acordos firmados com as recicladoras. O Instituto e seus advogados tributaristas, diferentemente da Receita Federal do Brasil (RFB), entendem que essas receitas não são passíveis de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Dessa forma, em 2 de julho de 2004, o Instituto formulou uma consulta à Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, em São Paulo, a fim de esclarecer a omissão legislativa acerca da tributação do PIS e da COFINS sobre outras receitas (receitas de taxa de credenciamento) nas entidades sem fins lucrativos, isentas do imposto de renda.

Em 9 de junho de 2008, o Instituto obteve resposta positiva com relação à consulta referente ao PIS, sendo confirmado o pagamento apenas sobre os saldos de folha de pagamento, o que, regularmente, tem sido realizado desde o início de suas operações, em março de 2002.

Entretanto, com relação à COFINS, a resposta da Superintendência Regional da Receita Federal foi negativa, confirmando a tributação sobre tal receita. O Instituto, apoiado por seus advogados tributaristas, manteve o posicionamento contrário a decisão da RFB e, em fevereiro de 2009, impetrou mandado de segurança para assegurar o seu direito de não recolher a COFINS sobre a taxa de credenciamento. Em 13 de maio de 2009, foi indeferido o pedido de liminar solicitado pelo Instituto relativamente ao mandado de segurança.

Em outubro de 2013 foi proferida sentença que não concedeu o pedido do inPEV e determinou o pagamento da COFINS. Em novembro de 2013 o Instituto apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal, para o qual ainda não há previsão de julgamento.

Preventivamente e, com o objetivo de salvaguardar o valor original da obrigação fiscal, o Instituto efetuou depósito judicial da totalidade do valor provisionado acrescido de multas e juros, referente ao período de 2004 a dezembro de 2015, que totalizou R\$ 9.160 (2014 - R\$ 7.497). O correspondente depósito judicial está sendo apresentado pelo valor líquido no passivo.

Além dos aspectos da COFINS anteriormente referidos, com base na opinião dos advogados

externos do Instituto, e por referirem-se à transmissão de informação e conhecimento técnico relativo ao tratamento de embalagens vazias até o seu destino final, as receitas não estão sendo objeto de tributação de qualquer outro tributo.

Em 2014, a Fazenda Nacional apresentou suas Contra-Razões em face do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto e os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto.

(ii) Em 2015, foi elaborado um complemento da provisão trabalhista no montante de R\$ 152, para os processos movidos por dois funcionários contra o instituto.

(iii) Em 2015, ocorreu a baixa parcial da provisão trabalhista do funcionário da associação AEAGRO, na qual o instituto colabora com 70% das despesas da associação no montante de R\$ 68.

(iv) O valor de R\$ 854 (2014 – R\$ 952), refere-se ao complemento de valor da discussão judicial de tributação da COFINS sobre a taxa de credenciamento.

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Durante o exercício de 2015, houve a ocorrência de alguns processos trabalhistas movidos por ex-funcionários das UREs e, o Instituto, como corresponsável nesses processos, realiza, rotineiramente um acompanhamento dos mesmos junto a sua área jurídica.

O objetivo deste acompanhamento é orientar as associações de revendas, legítimos empregadores, quanto à melhor condução dos processos cujo valor em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 1.985.

Na hipótese de desfecho final desfavorável, o Instituto arcará com o custo proporcional a sua contribuição nas despesas mensais dessas UREs.

15 ADIANTAMENTOS DE ASSOCIADAS

Considerando que as contribuições das empresas associadas são para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e destinação final, dentre outros, das embalagens vazias, as contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos, são contabilizados na rubrica de adiantamento de associadas.

A movimentação dos adiantamentos de associadas é conforme segue:

	1º DE JANEIRO DE 2015	ADIÇÕES	BAIXAS	31 DE DEZEMBRO DE 2015
Contribuições dos associados (i)	10.933	63.775	(60.767)	13.941
Associados de sementes	194		(194)	
Crop Life Associados saneantes (ii)	1	47	(46)	2
	11.128	63.734	(60.919)	13.943

	1º DE JANEIRO DE 2014	ADIÇÕES	BAIXAS	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Contribuições dos associados (i)	12.786	54.291	(56.144)	10.933
Associados de sementes	194			194
Crop Life Associados saneantes (ii)		35	(34)	1
	12.980	54.326	(56.178)	11.128

(i) O orçamento do Instituto de cada exercício considera investimentos necessários com expansão, manutenção e melhorias nas centrais e postos. O saldo remanescente ao final de cada exercício corresponde à parcela de investimentos aprovados em determinado exercício, porém, não incorridas até aquele encerramento.

As adições de contribuição dos associados no montante de R\$ 63.775 (2014 – R\$ 54.291) correspondem substancialmente às contribuições estimadas dos associados no valor de R\$ 82.679 (2014 – R\$ 77.092) (Nota 17), deduzidos do plano de redução das contribuições no valor de R\$ 22.000 (2014 – R\$ 22.000) (Nota 16). Este valor é considerado como sendo o necessário para cumprir com as atividades do Instituto durante o exercício de 2015, conforme orçamento anual aprovado em assembleia.

As baixas de 2015, representando o reconhecimento de receita das contribuições das associadas no valor de R\$ 60.767 (2014 - R\$ 56.144), corresponde ao total de despesas incorridas no exercício de 2015, no valor de R\$ 116.927 (2014 – R\$ 110.002) (Nota 22), subtraído das receitas geradas pelo sistema.

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 13.941 (2014 - R\$ 10.933), decorre das diferenças positivas auferidas entre os valores estimados e realizados de 2015 e exercícios anteriores, que estão à disposição dos associados para empenho à consecução das atividades dos próximos exercícios e compromissos firmados com terceiros, aprovados no orçamento de 2015, que serão incorridos no exercício de 2016 (Nota 24).

(ii) Em agosto de 2013, o Instituto foi convidado a apresentar um projeto de auto sustentabilidade que, após seleção, teriam parte de seus custos financiados com recursos da CropLife América Latina. Os projetos candidatos a receber o aporte financeiro da CropLife deveriam obedecer os seguintes requisitos:

- Apresentar uma contrapartida local, cujo aporte deveria cobrir, no mínimo, 30% do custo total. Os gastos fixos de operação da associação local não poderiam ser alocados como parte dos investimentos do projeto;
- O montante máximo a ser investido no projeto pela CropLife é de US\$ 15 mil anuais por dois anos;
- Seriam priorizados projetos com duração de dois ou três anos, assim como, aqueles com propostas de financiamento que tivessem a participação de outras entidades vinculadas à associação local.

O Instituto inscreveu o “Projeto de Implantação de Recebimentos Itinerantes de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas no Estado do Ceará (Brasil)”.

Em dezembro de 2013 o Instituto foi comunicado que seu projeto foi selecionado e a primeira transferência, no valor de R\$ 35 (equivalente a US\$ 15 mil), foi realizada em setembro de 2014 e a última em maio de 2015 no valor de R\$ 47 (equivalente a US\$ 15 mil).

16 PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme artigo do estatuto social do Instituto, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou de diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

PLANO DE REDUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

O projeto original de auto sustentabilidade do Instituto previa, em determinado momento

futuro, o início da redução das contribuições das associadas em decorrência das gerações de receitas conforme definido em seu modelo de negócios (Nota 1.1). Conforme previsto na 26ª Ata da assembleia geral ordinária, datada de 15 de dezembro de 2014, ficou aprovada a diminuição das contribuições das associadas para o exercício de 2015 no valor de R\$ 21.769 (2014 – R\$ 22.000) e o valor após revisão orçamentária a diretoria definiu que o valor total da redução das contribuições seria de R\$ 22.000.

17 RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES

	2015	2014
Contribuições das associadas - agroquímicas (Nota 15 (i))	82.679	77.092
Taxa de credenciamento de recicladores (Nota 18)	12.698	12.227
Ingressos para custeio de UREs (Nota 19)	33.084	30.004
Contribuições extraordinárias (repasse dos dividendos dos associados-acionistas da Campo Limpo S.A. (Nota 20)	3.167	4.064
Arrendamento mercantil operacional (Nota 21)	6.297	5.882
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	532	484
Outros	224	394
	138.681	130.147
Deduções das receitas		
Desconto na contribuição de associados (Nota 15 (i))	(22.000)	(22.000)
COFINS sobre taxa de credenciamento	(965)	(953)
COFINS sobre o arrendamento	(83)	(447)
ISS e COFINS sobre consultoria	(31)	
Receita líquida das atividades	115.602	106.747

18 TAXA DE CREDENCIAMENTO DE RECICLADORES

Em 2004, o Instituto firmou convênios com as empresas recicladoras referentes a serviços de cooperação técnica e operacional na área de reciclagem de resíduos plásticos taxa de credenciamento de recicladoras. Esses serviços consistem em desenvolvimento, treinamentos e estudos de melhorias das etapas do processo de reciclagem.

Como resultado desses convênios, o Instituto registrou uma receita em 2015 no montante de R\$ 12.698 (2014 - R\$ 12.227).

19 INGRESSOS PARA CUSTEIO DE URES

A partir de 1o de dezembro de 2009, com o advento do novo modelo de remessa de embalagens, passa a existir uma nova forma de receita gerada pelo reciclador, denominada ingressos para custeio de URES. Conforme descrito na Nota 1.1, as receitas auferidas com os ingressos para custeio de URES são utilizadas para subsidiar os custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias.

Em 2015, as receitas auferidas com ingressos de custeio de URES totalizaram R\$ 33.084 (2014 - R\$ 30.004).

20 CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS (REPASSE DOS DIVIDENDOS DOS ASSOCIADOS/ACIONISTAS DA CAMPO LIMPO S.A.)

Conforme prevê o acordo de acionistas da Campo Limpo S.A., os montantes recebidos a título de dividendos recebidos desses acionistas, os quais são substancialmente associadas do Instituto, devem ser investidos no aperfeiçoamento constante do sistema de operação, logística e gestão da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, incluindo, atividades de apoio e orientação aos participantes do referido sistema.

Sendo uma receita do negócio recicladora, a administração do Instituto reconheceu como contribuição extraordinária a totalidade dos dividendos recebidos da empresa Campo Limpo S.A. do exercício de 2014 no valor de R\$ 3.167 (2014 - R\$ 4.064).

21 ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

Refere-se ao contrato de locação do imóvel e equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento para a companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. O valor do aluguel de R\$ 6.297 (2014 - R\$ 5.882) corresponde a 10% do faturamento líquido mensal apurado pela locatária, sendo o valor mínimo de R\$ 50 mensais.

O contrato de arrendamento mercantil operacional contempla, também, uma cesta de serviços que o Instituto presta a Campo Limpos S.A. relacionados, principalmente, com tecnologia da informação, acompanhamento tributário e comunicação.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis de aluguel da fábrica Campo Limpo S.A., construída em Taubaté, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	2015	2014
Até um ano	6.327	6.179
Mais de um ano até cinco anos	12.654	22.253
	18.981	28.432

Os pagamentos mínimos futuros para período superior a cinco anos, contempla recebimento de arrendamento considerando dez anos, período de vigência do contrato, e sua renovação por mais dez anos, após concordância de ambas as partes, em um total de vinte anos.

22 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

A administração das despesas administrativas e gerais do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

	2015	2014
Despesas com infraestrutura	(27.239)	(27.228)
Processo de suporte	(6.015)	(5.582)
Processo básico	(83.673)	(77.192)
	(116.927)	(110.002)

Nas datas das demonstrações financeiras, o Instituto apresentava os seguintes saldos relacionados a despesas administrativas e gerais:

	2015	2014
Despesas com infraestrutura		
Ocupação	(483)	(477)
Gastos com pessoal acrescido dos encargos sociais	(14.221)	(13.513)
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	(532)	(484)
Gastos gerais (i)	(8.350)	(9.265)
Serviços de terceiros (ii)	(1.538)	(1.359)
Tecnologia da informação	(1.467)	(1.543)
Institucional	(648)	(587)
	(27.239)	(27.228)
Processo de suporte		
Jurídico (iii)	(1.257)	(673)
Comunicação, educação e campanhas (iv)	(4.238)	(4.032)
Desenvolvimento tecnológico	(278)	(202)
Projetos (v)	(242)	(675)
	(6.015)	(5.582)
Processo básico		
Operações (vi)	(48.604)	(44.116)
Logística (vii)	(23.927)	(22.173)
Destinação final (viii)	(11.142)	(10.903)
	(83.673)	(77.192)

(i) Refere-se principalmente a despesas de depreciação e amortização, no valor total de R\$ 6.737 (2014 - R\$ 6.498) e despesas com manutenção de imobilizado arrendado para a Campo Limpo S.A. R\$ 635 (2014 - R\$ 742).

(ii) Refere-se principalmente a despesas com as seguintes assessorias:

- . Tributárias e fiscais - R\$ 157 (2014 - R\$ 202).
- . Recursos humanos - R\$ 113 (2014 - R\$ 109).
- . Auditoria interna e externa - R\$ 499 (2014 - R\$ 490).
- . Administrativa - R\$ 29 (2014 - R\$ 41).

(iii) Refere-se a suporte de assessores jurídicos externos no acompanhamento de processos em andamento, principalmente ACP Sapezal - R\$ 1.257 (2014 - R\$ 673).

(iv) Refere-se a gastos com eventos para comunicação, divulgação e treinamentos. O saldo está composto principalmente por:

- . Gastos com campanha - R\$ 512 (2014 - R\$ 409).
- . Dia Nacional Campo Limpo - R\$ 1.512 (2014 - R\$ 1.648).
- . Material de comunicação e institucional - R\$ 656 (2014 - R\$ 573).
- . Campanha regional tríplice lavagem - R\$ 171 (2014 - R\$ 86).
- . Serviços de terceiros e comunicação - R\$ 680 (2014 - R\$ 534).
- . Eventos institucionais - R\$ 279 (2014 - R\$ 407).

(v) Trata-se de uma atividade do Instituto direcionada a gerir projetos pré-aprovados pelo Conselho Diretor, principalmente, o da retirada de produtos obsoletos e impróprios R\$ 167 (2014 - R\$ 294), constantes no orçamento anual.

(vi) Refere-se, principalmente, a custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias e reembolsados pelo Instituto para a ampliação, reformas e manutenção de centrais e postos, no valor de R\$ 41.892 (2014 - R\$ 29.199) e construção de centrais e postos, no valor de R\$ 2.929 (2014 - R\$ 11.620).

(vii) Refere-se substancialmente a despesas incorridas com fretes para transporte de embalagens vazias, lavadas para reciclagem, no valor de R\$ 19.734 (2014 - R\$ 18.159) e não lavadas para incineração no valor de R\$ 1.448 (2014 - R\$ 1.492).

(viii) Refere-se a despesas com incineração de embalagens não lavadas no valor de R\$ 11.058 (2014 - R\$ 11.072).

23 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O corpo diretivo do Instituto inclui, além do presidente, sete gerentes executivos. A remuneração paga ou a pagar por serviços destes funcionários está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Salários, férias e 13º salário	(2.654)	(2.586)
Encargos (*)	(1.050)	(1.166)
Outras remunerações (**)	(1.624)	(1.597)
	(5.328)	(5.349)

(*) Em 2015 houve redução de encargos sobre remuneração variável conforme MP 597/12 convertida na Lei 12.832/13.

(**) Outras remunerações incluem valores relacionados com bônus anual, previdência privada de contribuição definida, assistência médica e seguro de vida em grupo.

24 COMPROMISSOS FIRMADOS

Durante o exercício de 2015, o Instituto firmou contratos com terceiros para manutenção e implementação de melhorias em suas unidades de gestão de negócio que, embora aprovadas no orçamento de 2015, serão executadas no exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os compromissos firmados com terceiros estão distribuídos conforme segue:

	2015	2014
Processo com infraestrutura (i)	(645)	(367)
Processo de suporte (ii)	(1.811)	(1.953)
Processo básico (iii)	(1.365)	(835)
	(3.821)	(3.155)

(i) Representado por despesas previstas com informática e administrativo, nos valores de R\$ 483 e R\$ 162, respectivamente.

(ii) Representado, principalmente, por projeto de comunicação e projetos de obsolescência no valor de R\$ 1.546.

(iii) Representado por melhorias de equipamentos das centrais e contratos de incineração, nos valores de R\$ 319 e R\$ 418, respectivamente.

25 SEGUROS

O Instituto busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

LOCAL	IMPORTÂNCIAS SEGURADAS
InpEV - escritório	
Incêndio de bens do imobilizado	5.000
Responsabilidade civil	200
InpEV - 111 centrais	
Incêndio de bens do imobilizado	3.987
Responsabilidade civil	5.000

26 EVENTO SUBSEQUENTE

REDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DAS ASSOCIADAS DE 2016

Conforme acordado com os associados e formalizado através de correspondência sobre orçamento inpEV 2016 enviadas no mês de dezembro de 2015, está previsto redução das contribuições das associadas no valor total de R\$ 22.800 a serem distribuídos distintamente entre as associadas do Instituto sendo que as associadas-acionistas da Campo Limpo S.A. terão sua contribuição reduzida, primeiramente, pelo valor dos dividendos a serem recebidos da Campo Limpo S.A. em outubro de 2016.

Diante da otimização do consumo orçamentário de 2015 a diretoria estima ampliar o valor da redução de aporte em 2016, fato que será informado oportunamente aos associados.

João Cesar Meneghel Rando

Diretor Presidente - inpEV

Regina Marta de Santana Sousa

Contadora inpEV CRC 1SP177254/O-6

Créditos

Equipes responsáveis

InpEV
Presidência e Sustentabilidade

Coordenação editorial e design

Report Sustentabilidade
www.reportsustentabilidade.com.br

Revisão

Assertiva Produções Editoriais

inpEV | GRI G4-5|

Rua Capitão Antônio Rosa, 376,
7º. Andar
CEP 01443-101 São Paulo – SP
Tel: 11 3059-4400

Imagens

Deco Cury (Capa), Na Lata, Thiago Cesar, Banco de imagens do inpEV e João Luiz/SAA

Família tipográfica

Swiss 721, criada por Max Miedinger, 1982

Para tirar dúvidas ou fazer críticas e sugestões sobre este relato, entre em contato pelo canal Fale Conosco, no site inpev.org.br





 **inpev**